

Aviso n.º 8/2024
Inscrição e Frequência
das Ações de Formação Contínua
do Centro de Estudos Judiciários 2024/2025

1) A inscrição nas atividades de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários (**1.ª fase**) é efetivada exclusivamente por via eletrónica, através do respectivo formulário disponibilizado na plataforma informática IUDEX, mediante a seleção e ordenação das atividades de formação e dos locais para a sua frequência (art.º 12.º, n.º 4, do Regulamento das Acções de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais¹)².

2) O referido no ponto anterior é aplicável a todos os Juízes — Juízes Conselheiros, Juízes Desembargadores e Juízes de Direito - incluindo os que se encontram em comissão de serviço.

3) O acesso à aplicação é feito através do endereço <https://juizes.iudex.pt>, devendo, posteriormente, ser seguidas as instruções gerais constantes do respectivo formulário eletrónico. Sem prejuízo, em caso de justo impedimento ou indisponibilidade técnica, será admitida, a título excepcional, a inscrição fora do IUDEX, mediante pedido formulado para os serviços do CSM, com a descrição dos cursos e respectiva ordem, procedendo a Unidade de Informática do CSM ao registo manual do pedido na área de *backoffice* do IUDEX.

4) O requerimento deverá ser preenchido e enviado pela aludida plataforma eletrónica **entre o dia 24 de setembro de 2024 e as 23:59 hr. do dia 25 de setembro de 2024**, impreterivelmente. Após o termo do prazo, deixa de ser possível a inscrição nas ações de formação.

O prazo para inscrição na 1.ª fase das ações de formação é estipulado mediante a proximidade da realização da primeira ação de formação.

5) O requerimento de inscrição pode ser alterado ou eliminado até ao termo do prazo de inscrição, sendo apenas válido o último submetido como definitivo (art.º 12.º, n.º 5, do Regulamento).

6) Para cada atividade de formação será observada, na distribuição de vagas por categorias, a seguinte **regra de proporcionalidade** (art.º 13.º, do Regulamento):

- a) 20% de vagas para Juízes Conselheiros e Juízes Desembargadores;
- b) 80% de vagas para a categoria de Juiz de Direito;
- c) As vagas não preenchidas por uma das alíneas, acrescem à outra.

¹ Abreviadamente, RAFCMJ ou Regulamento, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 156, de 14 de agosto de 2017, pp. 17483-17492.

² O elenco das ações de formação é o que consta do Plano de Formação Contínua 2023/2024 divulgado pelo CEJ.



7) A selecção das acções de formação - **até ao limite global de 20 (vinte) opções de inscrição por juiz** - deve ser efectuada por ordem de preferência, independentemente do tipo e do número de locais em que pretende frequentá-las, incluindo-se naquela a indicada em locais diversos em que seja disponibilizada videoconferência.

8) Nos termos do disposto no art.º 9.º, do Regulamento das Actividades de Formação Complementar, é fixado **em 5 (cinco) o número máximo de ações de formação a frequentar pelos magistrados judiciais em exercício de funções, não podendo o conjunto das acções em que seja admitido exceder, relativamente ao Plano de Formação Contínua de 2024/2025, os 12 (doze) dias de formação por juiz.**

9) Nos termos do artigo 14.º do Regulamento são fixados como critérios de preferência, por jurisdição relevante, os constantes do Anexos I do presente aviso, dos quadros constantes do Plano de formação contínua 2024/2025 e do cronograma anexos.

10) A admissão às actividades de formação é processada mediante a aplicação da proporcionalidade referida em 6) e dos critérios de preferência referidos em 9), sendo os candidatos ordenados, dentro de cada categoria, pelo mérito e, em caso de igualdade, pela antiguidade.

11) Dentro de cada categoria, cada um dos magistrados judiciais candidatos será seleccionado inicialmente apenas para uma actividade de formação, repetindo-se este procedimento até ao limite máximo referido em 8), de acordo com a ordem assinalada no formulário de inscrição (art.º 15.º, n.º 2, do Regulamento).

12) Quando a mesma acção de formação ocorra em diversos locais e o candidato se tenha inscrito para a frequentar em mais do que um local, só é admitido à primeira vaga disponível segundo a ordem que indicou no formulário de inscrição (artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento).

13) A admissão a acção de formação cuja(s) data(s) de realização coincida(m) total ou parcialmente com a(s) data(s) prevista(s) para a realização de outras acções de formação ordenadas em posição posterior do seu requerimento, implica o bloqueio desta(s).

14) A lista dos magistrados judiciais admitidos a participar nas actividades formativas é publicitada no sítio Internet do CSM e objecto de disponibilização na área reservada do IUDEX (<https://juizes.iudex.pt>), **ficando ainda acessível ao CEJ, mediante credenciação, em <https://csm.iudex.pt>.**

15) Tendo presente o referido em 14) e considerando a necessidade de garantir exactidão e rigor nas inscrições, bem como, o estabelecimento dos necessários contactos, informam-se os Magistrados Judiciais interessados de que são objeto de comunicação ao CEJ, para esta exclusiva finalidade, os seguintes dados pessoais:

- 1) Nome completo;
- 2) Tribunal de exercício de funções/outra função ou cargo desempenhados;
- 3) Contacto telefónico;
- 4) E-mail inscrito na aplicação IUDEX, em <https://juizes.iudex.pt>.



16) Se, após o processamento referido em 10) a 13), subsistirem vagas não preenchidas, proceder-se-á à abertura de um período suplementar de inscrição (**2.ª fase**) circunscrito aos magistrados judiciais que não tenham atingido o número máximo de atividades de formação referido em 8), aplicando-se a esta fase o disposto nos pontos anteriores e o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento.

17) Em caso de subsistência de vagas não preenchidas após o processamento da 2.ª fase, o seu preenchimento (**3.ª fase**) será efetivado por ordem de pedido de admissão, na sequência de requerimento **genérico a efetuar na área reservada do IUDEX** (<https://juizes.iudex.pt>), com exclusão da aplicação de qualquer critério de preferência ou de proporcionalidade.

18) O regime de ajudas de custo aplicável à frequência das ações de formação é o constante do art.º 24.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais. Para o eventual abono de ajudas de custo, com o limite previsto no Estatuto dos Magistrados Judiciais, considera-se por domicílio necessário o local da sede do juízo ou tribunal, em que o juiz se encontre colocado, não havendo lugar ao referido abono se forem disponibilizados meios técnicos para a frequência da ação de formação à distância na área da sede do juízo em que se encontre colocado ou caso sejam utilizada a plataforma Webex com a transmissão em streaming, acesso registado à Justiça TV e Canal CEJ.

19) As atividades de formação contínua integradas no Plano de Formação 2024/2025 privilegiarão o modelo de formação presencial, reservando-se a possibilidade de formação à distância, com recurso aos habituais meios de comunicação (CANAL CEJ, da JUSTIÇA TV e das salas Webex), para situações fundadamente justificadas. **A participação à distância deverá ser solicitada por requerimento dirigido ao Centro de Estudos Judiciários para avaliação e autorização dos mesmos.**

20) Serão ainda realizadas **Ações de Formação Especiais** que incluem um leque de ações atinentes a questões de ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado, bem como uma ação de formação de magistrados e jornalistas, com vista à discussão e reflexão conjunta de problemas comuns, cuja caracterização e todas as informações relevantes constam do Plano de Formação Contínua 2024/2025 do CEJ, para o qual se remete.

Para os **magistrados com menos de 5 anos de serviço efetivo (5 anos a partir da tomada de posse como Juiz de Direito)**, colocados nos **juízos de competência genérica, nos juízos locais cíveis e nos locais criminais** prevêem-se este ano ações de formação específicas, que visam dotar os magistrados em início de funções de formação mais profunda em matérias destas jurisdições.

*



*

ANEXO I
Jurisdições relevantes

Jurisdição Relevante	Juízes Abrangidos
Cível	Juízo Central Cível
	Juízo Local Cível
	Juízo de Competência Genérica
	Juízo Central de Execução
	Juízo Central de Comércio
	Competência Alargada – Concorrência, Regulação e Supervisão
	Competência Alargada – Propriedade Intelectual
	Competência Alargada – Marítimo
Criminal	Juízo Central Criminal
	Juízo Local Criminal
	Juízo Local de Pequena Criminalidade
	Juízo de Competência Genérica
	Juízo de Instrução Criminal
	Competência Alargada - Tribunal Central de Instrução Criminal
	Competência Alargada – Execução de Penas
Família e Crianças	Juízo Central de Família e Menores
	Juízo de Competência Genérica
Trabalho	Juízo Central de Trabalho
	Juízo de Competência Genérica

*

Lisboa, 19 de setembro de 2024.

A Juíza Secretária do Conselho Superior da Magistratura,



**Ana Cristina
Dias Chambel
Matias**

Juíza Secretária

Assinado de forma digital por Ana Cristina
Dias Chambel Matias
885d315f9c6bbd0b454fac1663b8fc96b2842ea9
Dados: 2024.09.19 16:06:00

(Ana Cristina Dias Chambel Matias)



C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

2024-2025

<https://cejjustica.gov.pt/>

Título: Plano de Formação Contínua 2024-2025

Autor: Centro de Estudos Judiciários

Ano de Publicação: 2024

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

<https://cej.justica.gov.pt/>

**C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

2024 - 2025

Índice

1. Considerações gerais	6
2. Tipologia das ações de Formação Contínua	11
2.1. Ações de formação por tipologia	11
2.1.1. Ações de formação Tipo AF <5 (destinadas a magistrados com menos de cinco anos de antiguidade)	11
2.1.1.1. Civil: Seminário, seguido de Workshop, sobre processos especiais – dois dias	11
2.1.1.2. Penal: Seminário sobre crimes contra a autodeterminação sexual – dois dias	12
2.1.1.3. Administrativo: Seminário sobre direito do urbanismo – dois dias	12
2.1.2. Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios	14
2.1.2.1. Civil: Maior Acompanhado (manhã e tarde)	14
2.1.2.2. Penal: Crimes negligentes (manhã e tarde)	15
2.1.2.3. Administrativo: Contratação Pública (manhã e tarde)	15
2.1.2.4. Tributário: Temas de Direito Tributário I (manhã e tarde)	16
2.1.2.5. Tributário: Temas de Direito Tributário II (manhã e tarde)	16
2.1.2.6. Família e Crianças: Cibercriminalidade e questões conexas (dois dias)	17
2.1.2.7. Trabalho e Empresa: Temas de Direito do Trabalho (manhã e tarde)	17
2.1.3. Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários	19
2.1.3.1. Civil: Seminário sobre Direito Comercial (dois dias) - em parceria com a Revista de Direito Comercial	19
2.1.3.2. Civil: Seminário sobre direito da responsabilidade (dois dias) - em parceria com a Revista de Direito da Responsabilidade	20
2.1.3.3. Civil: Seminário sobre Arbitragem (manhã e tarde) – civil, em parceria com a Associação Portuguesa de Arbitragem	20
2.1.3.4. Penal e Família e Crianças: Seminário sobre violência contra crianças no contexto mais amplo da violência doméstica	21
2.1.3.5. Penal: Seminário sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal - vários instrumentos, incluindo o Regulamento EU 2023/2844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2023 e o princípio «digital por defeito»	22
2.1.3.6. Tributário: Jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia (dois dias) – em parceria com a Universidade Católica Portuguesa	22
2.1.3.7. Tributário: Direito Fiscal Internacional (manhã e tarde)	23
2.1.3.8. Tributário: Direito Aduaneiro (manhã e tarde)	23
2.1.4. Ações de Formação Contínua Tipo B + – Seminários seguidos de workshops	25
2.1.4.1. Civil: O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000	25
2.1.4.2. Civil: Direito do Consumo	26

2.1.4.3. Penal: Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	26
2.1.4.4. Penal: Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais	27
2.1.4.5. Administrativo: Questões de direito e processo administrativo	28
2.1.4.6. Tributário: Imposto sobre o Valor Acrescentado	28
2.1.4.7. Família e Criança: Direito Internacional da Família	29
2.1.4.8. Família e Criança: Intervenção Tutelar Educativa	29
2.1.4.9. Trabalho e Empresa: Acidente de Trabalho	30
2.1.4.10. Trabalho e Empresa: A Transmissão de Estabelecimento e o Direito do Trabalho	31
2.1.5. Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização	34
2.1.5.1. Penal: Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção	34
2.1.5.2. Penal: Jornadas de Direito Penal e Processual Penal	35
2.1.5.3. Penal: Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas	36
2.1.5.4. Administrativo: Curso Intensivo de direito e processo administrativo para Magistrados do Ministério Público	36
2.1.5.5. Família: Especialização em questões de Direito da Família e Crianças	37
2.1.5.6. Penal, Administrativo e Família e Crianças: Jornadas sobre direito dos estrangeiros e direito de asilo	37
2.1.5.7. Trabalho e Empresa: Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho	38
2.1.6. Ações de Formação Contínua Tipo D – Workshops	40
2.1.6.1. Civil: Questões práticas do processo executivo – parceria com a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução	40
2.1.6.2. Civil: Questões práticas do processo de Inventário	41
2.1.6.3. Penal: Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	41
2.1.6.4. Penal: EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos	42
2.1.6.5. Administrativo: Direito Administrativo Social	43
2.1.7. Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line	45
2.1.7.1. HELP: Asilo e Direitos Humanos	45
2.1.7.2. HELP: Proteção de dados e direito à privacidade	46
2.1.7.3. HELP: Violência contra as mulheres e violência doméstica	46
2.1.7.4. HELP: Crimes de ódio e discurso de ódio	47
2.1.7.5. HELP: Justiça amiga das crianças	48
2.1.7.6. HELP: Os direitos laborais enquanto direitos humanos	48
2.1.7.7. HELP: A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	49
2.1.7.8. Penal: Recuperação de Ativos	49
2.1.7.9. Inglês: Curso de Inglês Jurídico	50
2.1.8. Ações de formação especiais (F)	52
2.1.8.1. Ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função	52
2.1.8.2. Gestão do Stress e competências socio emocionais	52
2.1.8.3. A psicologia da tomada da decisão	53
2.1.8.4. Escrita clara – princípios e técnicas	53

2.1.8.5. Magistratura, dever de reserva, privacidade, liberdade de expressão e redes sociais	54
2.1.8.6. Estado de Direito e boa administração da Justiça na era digital	55
2.1.8.7. Integridade Judiciária e os Códigos de Conduta	55
2.1.8.8. Tecnologias de Informação e comunicação e transição digital no sistema judicial	56
2.1.8.9. Ação de formação de magistrados judiciais e do Ministério Público em colaboração com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	57
2.1.8.10. Ação de formação sobre temas de Direito Europeu	57
2.1.9. Ações de Formação Contínua Tipo G – Webinars	60
2.1.9.1. Civil: Contrato de Compra e venda comercial	61
2.1.9.2. Civil: Contratos à distância	61
2.1.9.3. Penal: Decisão Europeia de Investigação – aspetos práticos – a plataforma e- <i>Evidence Digital Exchange System</i> (e-EDES)	62
2.1.9.4. Penal: A prova indireta	62
2.1.9.5. Administrativo: A ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental	63
2.1.9.6. Administrativo: A responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia	63
2.1.9.7. Tributário: Gestão Processual nos Tribunais Tributários	64
2.1.9.8. Família e Crianças: Acolhimento Familiar	64
2.1.9.9. Família e Crianças: Acolhimento residencial e Habeas Corpus	65
2.1.9.10. Trabalho e Empresa: Trabalho e saúde mental – <i>burnout</i>	65
2.1.9.11. Trabalho e Empresa: Greve: direitos e deveres	66
3. Vagas	68
4. Inscrições	70
Cronograma em documento anexo	

NOTA: O cronograma faz parte integrante do Plano de Formação, podendo ser atualizado de acordo com as necessidades. Sempre que precisar de consultar o Cronograma, descarregue a última versão no site do CEJ – <https://cej.justica.gov.pt/>.

1. Considerações gerais¹

O planeamento da formação contínua de magistrados a desenvolver no próximo ciclo de atividade do CEJ (2024-2025) procura corresponder às necessidades formativas apresentadas pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pelo Conselho Superior do Ministério Público, na sequência do processo de auscultação previamente desenvolvido pelo CEJ (Training Needs Assessment), de acordo com o programa normativo legal, cujas indicações foram devidamente consideradas, quer no plano das temáticas selecionadas quer no plano da metodologia escolhida para cada ação.

E, não menos importante, procura corresponder às expectativas e anseios dos juízes/as e magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções, dando sequência, novamente nas temáticas escolhidas e na metodologia adotada, aos valiosos contributos críticos avançados diretamente pelos destinatários da formação, através da análise e discussão dos formulários de avaliação preenchidos pelos participantes em ações de formação contínua promovidas pelo CEJ nos últimos anos.

O terceiro pilar em que assenta o Plano de Formação Contínua 2024/2025 passa pelo cumprimento neste vetor de atuação dos comandos legais e regulamentares de adoção das melhores práticas de formação de magistrados, a partir de padrões de comparação radicados na atuação de estabelecimentos congéneres estrangeiros, seja à escala europeia, seja mesmo à escala global.

Nessa medida, continuando o CEJ a assumir uma participação destacada na Rede Europeia de Formação Judiciária, quer em função da sua eleição como uma das nove escolas que compõem o Comité de Direção (Steering Committee), quer na assunção, também por via eletiva *inter pares*, das funções de coordenação do grupo de trabalho dedicado especificamente ao desenvolvimento e aplicação de metodologias de ensino, o Plano de Formação Contínua permanece alinhado com as orientações metodológicas e temáticas que hoje pontificam nas melhores escolas europeias de formação de magistrados, pretendendo manter-se a escola portuguesa alcandorada ao patamar de excelência que lhe é reconhecido pelas suas congéneres internacionais, aí muitas vezes tomada como modelo de referência.

¹ Extrato de Plano de Atividades 2024-2025, pp. 19 e ss, acessível em <https://cej.justica.gov.pt/>.

O Plano de Formação Contínua traduz, em suma, o compromisso assumido pelo CEJ com a formação contínua de magistrados, nos limites consentidos pelos recursos humanos, financeiros e materiais postos ao seu dispor, visando promover, através de uma formação relevante e adaptada às exigências da função, o aprimoramento das competências profissionais de juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, com o que se responde à sua necessidade de atualização constante e de contínua aquisição de conhecimentos especializados dos agentes da Justiça, de modo a que, através do fortalecimento das suas competências e habilidades profissionais, se promova um sistema de justiça inteiramente votado à realização plena dos princípios do Estado de Direito de democrático.

Regista-se, igualmente, a organização de diversas ações de formação pelo CEJ com a colaboração de um conjunto de entidades e personalidades, designadamente no quadro de protocolos, grupos de trabalho ou projetos, dando corpo ao propósito de inclusão no processo formativo dos magistrados e outros agentes da comunidade jurídica e da sociedade em geral.

Acresce que, para além das ações de formação que integram o presente Plano de Formação Contínua, outras serão organizadas e realizadas pelo CEJ em cooperação com entidades estrangeiras responsáveis pela formação de magistrados, ainda em fase de desenvolvimento.

Assim, em termos transversais às várias ações *infra* indicadas, são objetivos principais da formação contínua para o ciclo de atividades 2024-2025 (*learning objectives*):

- ✓ **Atualização de conhecimentos técnico-jurídicos:** Um dos principais objetivos deste plano de formação contínua é garantir a atualização dos/as magistrados/as judiciais e do Ministério Público, proporcionando, através de colóquios, seminários, workshops e cursos de especialização (em modelo presencial e de *B-learning*), a aquisição de conhecimentos e reflexão sobre as mais recentes alterações legislativas, bem como sobre as discussões jurisprudenciais e doutrinárias e com maior impacto na prática judiciária.
- ✓ **Aperfeiçoamento Profissional:** Outro objetivo importante é promover o aperfeiçoamento profissional de magistrados/as judiciais e do Ministério Público, sendo oferecidas ações de formações que visam o desenvolvimento de competências transversais, tais como gestão de stress, tomada de decisão, comunicação eficaz e liderança, tendo em vista o aprimoramento de competências interpessoais (*soft skills*) para o exercício da função.

- ✓ **Ética e Deontologia Profissional:** A formação contínua tem também como objetivo reforçar a importância da ética e da deontologia profissional no exercício da magistratura, quer através de ações formativas especialmente destinadas a esse fim, quer promovendo a reflexão sobre questões éticas e deontológicas nas várias ações planeadas pelas diferentes jurisdições.
- ✓ **Partilha de Conhecimento:** O último objetivo deste plano de formação contínua é promover a partilha de conhecimentos entre magistrada/os judiciais e do Ministério Público, através da organização de colóquios, cursos, seminários e workshops que permitirão o intercâmbio de experiências, boas práticas e discussões sobre desafios comuns enfrentados no exercício do múnus de magistrado.

A execução do Plano de Formação Contínua 2024-2025 decorrerá entre outubro de 2024 e outubro de 2025, acautelando-se a cadência das ações, sem hiatos temporais, que o período de inscrições que tem lugar na segunda quinzena de setembro tradicionalmente ocasionava.

Cabe assinalar que o presente Plano representa um novo acréscimo significativo do número de ações de formação (mais 25,9%) e do número de horas de formação por referência ao ciclo anterior (mais 37%), o qual já representava um acréscimo importante relativamente aos ciclos precedentes. Esse esforço deve-se sobretudo a um acréscimo significativo das ações de tipo C – Cursos de Especialização (aumento de 4 para 7 ações, acompanhado do acréscimo da carga horária) e da criação de uma nova categoria, a acrescer às já existentes, tipo G (11 ações), no pressuposto da dotação dos meios indispensáveis para o efeito.

São reforçadas as ações realizadas em *workshop*, modelo que se revelou muito útil e granjeou a preferência de formadores e formandos, alargando-se o número de formações a realizar nesta modalidade.

Procurando responder às dificuldades de deslocação de magistrados à sede do Centro de Estudos Judiciários, a esmagadora maioria das ações de formação *infra* indicadas consentirá a participação através de meios digitais (canal CEJ, salas Webex e, eventualmente, da Justiça TV), ressaltando-se apenas aquelas cuja metodologia requer a presença física de participantes.

Com o mesmo objetivo, introduz-se uma nova categoria de ações de formação, os Webinars, que seguirão um formato exclusivamente *on-line*, propiciando abordagens muito circunscritas a temas específicos de cada jurisdição.

Mantém-se, outrossim, a tendência de deslocalização da atividade formativa do Centro de Estudos Judiciários, seguida nos últimos anos, com a realização de ações de formação em diversas comarcas, para o que a estreita colaboração com os órgãos de gestão das comarcas e dos Tribunais Superiores continuará a assumir um papel fundamental.

Manter-se-ão os cursos *online* que, por regra, têm uma sessão de abertura (este ano, com participação à distância) e, eventualmente, uma outra sessão presencial intercalar ou final, sendo disponibilizados na plataforma criada especificamente para o efeito os conteúdos formativos e acautelada a possibilidade de interação dos participantes entre si e com os respetivos tutores.

Para os magistrados/as com menos de 5 anos de serviço efetivo, colocados nos juízos de competência genérica, nos juízos locais cíveis ou criminais e nos tribunais administrativos continuam a prever-se ações de formação específicas, que visam dotar os magistrados/as em início de funções de formação mais aprofundada em matérias destas jurisdições que envolvem conhecimentos específicos, ultrapassando, outrossim, eventuais lacunas da formação inicial. Paralelamente, fica reservada a esta categoria de magistrados uma quota especial nas ações de formação em matéria de ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função.

No âmbito das ações de formação especiais, inclui-se um leque de ações atinentes a questões de ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado, sendo de destacar a introdução de ações de formação especificamente direcionadas para a questão da linguagem judiciária e para as tecnologias de informação e comunicação e transição digital, bem como o expressivo aumento de ações direcionadas para a abordagem de específicas questões éticas e deontológicas.

Ainda neste âmbito, mantém-se uma ação de formação de magistrados e jornalistas, com vista à discussão e reflexão conjunta de problemas comuns ao Judiciário e ao Jornalismo, e introduz-se um novo seminário sobre temas de Direito Europeu, respondendo a sugestões recebidas do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, dando conta de necessidades formativas específicas nas áreas das respetivas jurisdições.

Para todas as ações está prevista a disponibilização aos participantes de materiais formativos relativos às temáticas que as mesmas abordam, bem como a elaboração de *e-books*, que constituem um inegável contributo ao serviço de toda a comunidade jurídica.

De igual modo, proceder-se-á, como se vem fazendo até agora, à divulgação dos vídeos das conferências produzidas em atividades de formação contínua, os quais serão disponibilizados na nossa página *web*, bem como, sempre que possível, à disponibilização à comunidade jurídica dos conteúdos de cursos disponibilizados em plataforma *E-learning*.

Posto isto, passa-se a enunciar as várias de ações de formação contínua, ordenadas por tipologias.

2. Tipologia das ações de Formação Contínua

2.1. Ações de formação por tipologia

2.1.1. Ações de formação Tipo AF <5 (destinadas a magistrados com menos de cinco anos de antiguidade)

Metodologia

Pretendendo ultrapassar eventuais lacunas da formação inicial e dar resposta às necessidades formativas verificadas através da auscultação dos Conselhos e da recolha e dos contributos recolhidos junto dos magistrados/as, o CEJ proporcionará a este grupo específico de magistrados/as (juízes/as e magistrados/as do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade) ações de formação sobre matérias de relevante interesse prático nas áreas do direito civil e processual civil, do direito penal e processual penal e do direito administrativo.

Destinatárias/os

O curso intensivo destina-se a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público com menos de 5 anos de serviço efetivo, colocados/as nos juízos de competência genérica, nos juízos locais cíveis e criminais e nos tribunais administrativos.

2.1.1.1. Civil: Seminário, seguido de Workshop, sobre processos especiais – dois dias

Objetivo: aprofundar conhecimentos sobre a tramitação dos processos especiais de Prestação de contas, Divisão de coisa comum e Processo de expropriação.

Metodologia: A ação de formação combinará uma exposição teórica sobre o tema, nos moldes do seminário, com a realização de trabalho em grupo, em formato de Workshop.

Esta ação de formação será presencial; a possibilidade de transmissão à distância ficará reservada a situações excecionais, devidamente fundamentadas, estando sempre dependente da existência de circunstâncias que impeçam ou dificultem a deslocação do participante e da reunião de condições que permitam a deslocalização do Workshop (v.g., a possibilidade de mais do que dois participantes se reunirem em local diferente daquele onde decorre a ação de formação, para resolução dos casos práticos apresentados).

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade; não sendo preenchidas todas as vagas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 40 Magistradas/os Judiciais + 20 Magistradas/os do Ministério Público.

Data e local: 7 e 21 de fevereiro de 2025, Lisboa, CEJ.

2.1.1.2. Penal: Seminário sobre crimes contra a autodeterminação sexual – dois dias

Objetivo: aprofundar conhecimentos sobre investigação, recolha de prova, proteção das vítimas, gestão processual nos processos que envolvam crimes contra a autodeterminação sexual.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de seminário, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate. Desdobra-se em dois dias.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade; não sendo preenchidas todas as vagas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 30 Magistradas/os Judiciais + 30 Magistradas/os do Ministério Público.

Datas e local: 4 e 11 de abril de 2025; Lisboa (CEJ).

2.1.1.3. Administrativo: Seminário sobre direito do urbanismo – dois dias

Objetivo: aprofundar conhecimentos sobre a matéria do direito do urbanismo, com especial enfoque sobre as recentes alterações legislativas verificadas nesta área.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de seminário, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade na jurisdição administrativa; não sendo preenchidas todas as vagas, as remanescentes serão abertas à participação de todas/os as/os magistradas/os em exercício de funções na jurisdição administrativa, independentemente da respetiva antiguidade.

Número de vagas: 40 Magistradas/os Judiciais+ 40 Magistrados do Ministério Público (não sendo preenchida a totalidade das vagas indicadas por magistrados com menos de 5 anos de antiguidade, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por outros Juízes/as e Magistrados do Ministério Público, como referido *supra*, repartindo-se igualitariamente as vagas sobrantes).

Datas e local: 14 e 21 de março de 2025, Lisboa, CEJ.

Ações de Formação Contínua **Tipo AF**

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
AF1	Processos especiais (com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a tramitação dos processos especiais de Prestação de contas, Divisão de coisa comum e Processo de expropriação)	Lisboa, 7 e 21 de fevereiro de 2025	Civil
AF2	Seminário sobre direito do urbanismo	Lisboa, 14 e 21 de março de 2025	Administrativo
AF3	Seminário sobre crimes contra a autodeterminação sexual (Investigação, recolha de prova, proteção das vítimas, gestão processual)	Lisboa, 4 e 11 de abril de 2025	Penal

2.1.2. Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios

Metodologia

As ações de formação aqui inscritas assumirão as seguintes modalidades: conferências seguidas de debate entre os participantes; ou intervenções de fundo e mesas temáticas, com abordagem de matérias e ou questões previamente recolhidas junto dos magistrados e magistradas judiciais e do Ministério Público inscritos/as. Será privilegiada esta segunda modalidade, por ser aquela que permite maior interação com os participantes.

Destinatárias/os

As ações de formação contínua Tipo A são, na sua maioria, destinadas a Juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Estas ações de formação serão preferencialmente presenciais.

2.1.2.1. Cível: Maior Acompanhado (manhã e tarde)

Objetivo: Refletir sobre as técnicas de audição de beneficiário no processo de acompanhamento de maior.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência seguida de debate entre os participantes.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 7 de março de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.2.2. Penal: Crimes negligentes (manhã e tarde)

Objetivo: Oferecer aos participantes uma análise substantiva de crimes cometidos sob a forma negligente, problemáticas doutrinárias e jurisprudenciais.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência seguida de debate entre os participantes.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 6 de junho de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.2.3. Administrativo: Contratação Pública (manhã e tarde)

Objetivo: Proporcionar aos participantes uma análise do enquadramento legal da contratação Pública, através da exposição da legislação nacional e europeia aplicável, e uma reflexão sobre os princípios fundamentais que regem os processos de contratação pública, como a transparência, a concorrência e a igualdade de tratamento, e sua aplicação prática, com especial enfoque na reflexão e discussão sobre as questões que nesta área normalmente se colocam aos Tribunais.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência seguida de debate entre os participantes.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 14 de fevereiro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.2.4. Tributário: Temas de Direito Tributário I (manhã e tarde)

Objetivo: Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões que têm suscitado maior controvérsia ao nível do contencioso tributário.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência seguida de debate entre os participantes.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura (Inscrição conjunta com Temas de Direito tributário II).

Datas e local: 24 de janeiro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.2.5. Tributário: Temas de Direito Tributário II (manhã e tarde)

Objetivo: Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões que têm suscitado maior controvérsia ao nível do contencioso tributário.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência seguida de debate entre os participantes.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura (Inscrição conjunta com Temas de Direito tributário I).

Datas e local: 21 de fevereiro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.2.6. Família e Crianças: Cibercriminalidade e questões conexas (dois dias)

Objetivo: Refletir sobre o aumento da severidade da violência, a criminalidade violenta, os gangues; refletir sobre os instrumentos processuais do sistema tutelar educativo e sobre a intervenção educativa dos CE.

Metodologia: A ação de formação desdobrar-se-á em duas sessões, correspondendo a dois dias completos, e decorrerá em formato de conferência, seguida de debate entre os participantes, cobrindo os seguintes temas:

Tema 1: Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa

Tema 2: Cibercriminalidade juvenil.

Esta ação de formação decorrerá em formato híbrido: a primeira sessão será de assistência presencial para os inscritos em Lisboa e à distância para os inscritos na Zona Norte; a segunda sessão será de assistência presencial para os inscritos na Zona Norte e à distância para os inscritos em Lisboa.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura; inscrição conjunta para os dois temas.

Datas e local: **Tema 1** - 4 de dezembro de 2024 (dia inteiro); Lisboa, CEJ; **Tema 2** - 14 de janeiro de 2025 (dia inteiro); Zona Norte.

2.1.2.7. Trabalho e Empresa: Temas de Direito do Trabalho (manhã e tarde)

Objetivo: Refletir sobre algumas questões colocadas pelas alterações da legislação no domínio do regime das faltas justificadas por motivo de doença e no âmbito da parentalidade, bem como sobre algumas questões que se suscitam no âmbito do procedimento disciplinar, nomeadamente em relação ao regime das sanções disciplinares não extintivas do vínculo e ao uso (indevido) do inquérito prévio.

Metodologia: A ação de formação decorrerá em formato de conferência, seguida de debate entre os participantes, cobrindo os seguintes temas:

Tema 1: Faltas justificadas por motivo de doença (alt. Lei 13/2023) e faltas justificadas no âmbito da parentalidade.

Tema 2: Sanções disciplinares não extintivas do vínculo – regime de aplicação e de reação; Inquérito prévio/nota de culpa – condições de admissibilidade.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Datas e local: Tema 1 - 25 de outubro (dia inteiro); Lisboa, CEJ.

Ações de Formação Contínua **Tipo A** – Colóquios

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
A1	Temas de Direito do Trabalho	Lisboa, 25 de outubro de 2024	Trabalho e Empresa
A2	Cibercriminalidade e questões conexas	Lisboa, 4 de dezembro de 2024 e Zona Norte, 14 de janeiro de 2025	Família e Crianças
A3	Temas de Direito Tributário	Lisboa, 24 de janeiro e 21 de fevereiro 2025	Tributário
A4	Crimes negligentes	Lisboa, 6 de junho de 2025	Penal
A5	Contratação Pública	Lisboa, 14 de fevereiro de 2025	Administrativo
A6	Maior Acompanhado	Lisboa, 7 de março de 2025	Civil

2.1.3. Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários

Metodologia

Nestas ações pretende-se o desenvolvimento de várias vertentes de um mesmo tema central, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Destinatários

As ações de formação Tipo B são destinadas a Juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Estas ações de formação serão presenciais, podendo ter lugar em diferentes pontos do país.

2.1.3.1. Civil: Seminário sobre Direito Comercial (dois dias) - em parceria com a Revista de Direito Comercial

Objetivo: Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito Comercial, versará sobre os grandes temas deste ramo do direito, procurando analisar questões do Comércio que chegam no dia a dia aos tribunais.

Metodologia: A ação de formação associará ao seminário a realização de trabalho em grupo, em formato de Workshop.

Por essa razão, esta ação de formação será presencial; a possibilidade de transmissão à distância ficará reservada a situações excecionais, devidamente fundamentadas, estando sempre dependente da existência de circunstâncias que impeçam ou dificultem a deslocação do/a participante e da reunião de condições que permitam a deslocalização do workshop (v.g., a possibilidade de mais do que dois participantes se reunirem em local diferente daquele onde decorre a ação de formação, para resolução dos casos práticos apresentados).

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 10 e 11 de julho de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.2. **Civil: Seminário sobre direito da responsabilidade (dois dias) - em parceria com a Revista de Direito da Responsabilidade**

Objetivo: Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito da Responsabilidade, inclui novas abordagens a “velhos problemas”, mas também abrir os horizontes a novas temáticas no âmbito da responsabilidade civil.

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 27 de outubro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.3. **Civil: Seminário sobre Arbitragem (manhã e tarde) – civil, em parceria com a Associação Portuguesa de Arbitragem**

Objetivo: Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Associação Portuguesa de Arbitragem, a ação de formação pretende dotar os participantes de conhecimentos sobre noções básicas e aspetos gerais da arbitragem, bem como sobre o processo arbitral e os seus desenvolvimentos subsequentes (recurso, anulação e execução da sentença arbitral) e sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, dando-se preferência aos que exercem funções em Tribunais Superiores; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura. **Data e local:** 30 de abril de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.4. Penal e Família e Crianças: Seminário sobre violência contra crianças no contexto mais amplo da violência doméstica

Objetivo: Seminário a realizar em duas datas, em organização conjunta das Jurisdições de Penal e de Família e Crianças.

Na primeira data, o seminário abrangerá as seguintes problemáticas:

- O **abuso em crianças vítimas de crimes sexuais e/ou VD**: a articulação da lei tutelar educativa com o regime penal de jovens adultos; a justiça restaurativa e a mediação penal.
- A **violência contra crianças e na presença de crianças**: saber reconhecer e identificar os subtipos de violência e a articulação do conceito de domicílio com o de residência no regime da regulação das responsabilidades parentais.

Na segunda data, o seminário incidirá sobre:

- A violência doméstica enquanto forma de **violência de género** - abordagem centrada na tutela dos direitos humanos e na ideia primacial da proteção da vítima: Discussão de conceitos-chave; análise do quadro normativo internacional e sua compatibilização com a Convenção do CE para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de maio de 2011 (Convenção de Istambul) e da jurisprudência do TEHD;
- A **violência intrafamiliar**: da menor idade à maior Idade;
- A **violência contra idosos**: saber reconhecer e identificar os subtipos de violência, problematizar a sua integração nos diversos ilícitos penais. A violência institucional. O Cuidador informal, enquanto sujeito do crime e a tutela pelo artigo 152.º ou 152.º A do Código Penal. Problemas e Soluções ao nível da recolha de prova nas diversas fases processuais: a memória e sua evocação em vítimas de particular vulnerabilidade

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 5 e 27 de junho de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.5. Penal: Seminário sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal - vários instrumentos, incluindo o Regulamento EU 2023/2844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2023 e o princípio «digital por defeito»

Objetivo: Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional), congelamento e perda de bens, Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE e extradição (passiva, ativa, especialidades, *aut daedere aut judicare...*), analisando os seus diversos instrumentos (incluindo o Regulamento EU 2023/2844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2023 e o princípio «digital por defeito»)

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 20 de dezembro de 2024; Lisboa, CEJ.

2.1.3.6. Tributário: Jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia (dois dias) – em parceria com a Universidade Católica Portuguesa

Objetivo: No âmbito do protocolo celebrado entre o CEJ e a Escola de Direito da UCP, estes seminários repetem o modelo que tem sido utilizado nos últimos anos, em que docentes da Universidade Católica e Juízes apresentam e elaboram sobre jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta.

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta para as duas sessões.

Data e local: 17 de janeiro de 2025 e 12 de fevereiro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.7. **Tributário: Direito Fiscal Internacional (manhã e tarde)**

Objetivo: Este seminário terá duas dimensões: uma introdutória, relativa aos elementos de conexão e à interpretação e aplicação das Convenções para evitar a dupla tributação, e outra, avançada, para discussão de temas relacionados com a fronteira entre a evasão e o planeamento fiscal, bem como de conceitos estruturantes quer na legislação interna (por exemplo, o de estabelecimento estável), quer em Diretivas (por exemplo, a Diretiva 2011/96/UE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades filhas de Estados-Membros diferentes, ou a Diretiva 2009/133/CE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, cisões parciais, entradas de ativos e permutas de ações entre sociedades de Estados-Membros diferentes).

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 14 de março de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.3.8. **Tributário: Direito Aduaneiro (manhã e tarde)**

Objetivo: Este seminário terá duas dimensões: uma introdutória, vocacionada para a apresentação da estrutura do Direito Aduaneiro (base normativa e elementos essenciais da relação jurídica aduaneira); e outra, avançada, para discussão de institutos típicos deste ramo do direito (regimes aduaneiros, classificação pautal, valor aduaneiro das mercadorias ...) e de particularidades do seu contencioso.

Metodologia: A ação de formação terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 23 de abril de 2025; Lisboa, CEJ.

Ações de Formação Contínua **Tipo B** – Seminários

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
B1	Jurisprudência recente do TJUE– Tributário, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa	Lisboa, 17 de janeiro e 12 de fevereiro de 2025	Tributário
B2	Direito Fiscal Internacional	Lisboa 14 de março de 2025	Tributário
B3	Direito Aduaneiro	Lisboa, 23 de abril de 2025	Tributário
B4	Seminário sobre Violência contra crianças no contexto mais amplo da Violência Doméstica	Lisboa, 5 e 27 de junho de 2025	Penal e Família e Crianças
B5	Seminário de Direito Comercial - em parceria com Revista de Direito Comercial	Lisboa, 10, 11 de julho de 2025	Civil
B6	Seminário sobre direito da responsabilidade – em parceria com a Revista de Direito da Responsabilidade	Lisboa 27 outubro de 2025	Civil
B7	Seminário sobre arbitragem, em parceria com a Associação Portuguesa de Arbitragem	Lisboa, 30 de abril de 2025	Civil
B8	Seminário sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal	Lisboa 20 de dezembro de 2024	Penal

2.1.4. Ações de Formação Contínua Tipo B⁺ – Seminários seguidos de workshops

Objetivo

Nestas ações, associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas em workshop, pelos participantes inscritos. Assim, as ações de formação aqui incluídas integrarão:

Um seminário, realizado em Lisboa, destinado a todos os participantes, o qual funcionará em modelo híbrido: presencial para os inscritos no workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos workshops a realizar noutras localidades;

Três workshops, decorrendo o primeiro, para os participantes de Lisboa, na tarde do dia em que terá lugar o seminário e os restantes, para os inscritos nos workshops a realizar nos outros locais do país, em datas que serão oportunamente designadas.

A inscrição é conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

2.1.4.1. Civil: O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000

Objetivo: A ação de formação pretende aprofundar o tema do maior acompanhado na perspetiva transfronteiriça, dotando os participantes de conhecimentos sobre o âmbito de aplicação da Convenção relativa à proteção internacional de adultos – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 8 de novembro de 2024, Lisboa (seminário + workshop); 15 de novembro de 2024, Aveiro (workshop); 22 de novembro de 2024, Évora (workshop).

2.1.4.2. Civil: Direito do Consumo

Objetivo: Aprofundar e consolidar os conhecimentos dos participantes sobre a matéria de Direito do Consumo.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 6 de março de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 21 de março de 2025, Zona Norte (workshop); 28 de março de 2025, Zona Centro (workshop).

2.1.4.3. Penal: Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena

Objetivo: Oferecer aos participantes uma análise das principais questões levantadas em sede de concurso de crimes, no âmbito da determinação da pena e sua execução.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Condição negativa: Não ter frequentado a ação de formação com o mesmo tema, que foi oferecida no Plano de Formação Contínua 2023-2024.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 9 de maio de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 16 de maio de 2025, Braga (workshop); 30 de maio de 2025, Évora (workshop).

2.1.4.4. Penal: Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais

Objetivo: Aprofundar, de um ponto de vista prático, o conhecimento nas várias fases do processo penal, de matérias envolvendo a criminalidade económico-financeira, inclusive no que respeita à articulação com outras entidades, nomeadamente, o Tribunal de Contas, a Autoridade Tributária e Aduaneira e entidades reguladoras.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 10 de janeiro de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 17 de janeiro de 2025, Zona Norte (workshop); 24 de janeiro de 2025, Zona Centro (workshop).

2.1.4.5. Administrativo: Questões de direito e processo administrativo

Objetivo: Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões processuais que têm suscitado alguma controvérsia ao nível da tutela urgente e não urgente no contencioso administrativo.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 24 de janeiro de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 28 de março de 2025, Zona Norte (workshop); 5 de maio de 2025, Almada (workshop).

2.1.4.6. Tributário: Imposto sobre o Valor Acrescentado

Objetivo: Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões que têm suscitado alguma controvérsia no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 16 de maio de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 6 de junho de 2025, Zona Norte (workshop); 13 de junho de 2025, Zona Centro (workshop).

2.1.4.7. Família e Criança: Direito Internacional da Família

Objetivo: Refletir sobre a aplicação dos instrumentos internacionais na Jurisdição da Família e das Crianças, concretamente no Divórcio, Responsabilidades Parentais, e Deslocação/Retenção Ilícita de Criança. Resolução de questões práticas.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 9 de dezembro de 2024, Lisboa (seminário + workshop); 12 de dezembro de 2024, Aveiro (workshop); 12 de dezembro de 2024, Évora (workshop).

2.1.4.8. Família e Criança: Intervenção Tutelar Educativa

Objetivo: Abordagem ao sistema tutelar educativo vigente em Portugal e modelos de intervenção do Estado na educação do menor para o Direito. Resolução de questões práticas relativas à intervenção tutelar educativa.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em três workshops, dois dos quais serão deslocalizados.

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 150 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 27 de janeiro de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 3 de fevereiro de 2025, Évora (workshop); 3 de fevereiro de 2025, Gaia (workshop).

2.1.4.9. Trabalho e Empresa: Acidente de Trabalho

Objetivo: Proporcionar uma reflexão atualizada sobre algumas questões que se têm suscitado a propósito de um dos pilares em que assenta o sistema português de reparação das consequências dos acidentes de trabalho – o seguro de acidentes de trabalho –, bem como sobre as repercussões do recente AUJ na reformulação dos valores das pensões, visando a resolução de questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em dois workshops, um dos quais será deslocalizado (Zona Norte).

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos no Workshop a realizar no Zona Norte.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 100 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 7 de março de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 14 de março de 2025, Zona Norte (workshop).

2.1.4.10. Trabalho e Empresa: A Transmissão de Estabelecimento e o Direito do Trabalho

Objetivo: Proporcionar uma reflexão atualizada sobre as questões que mais se têm suscitado a propósito da problemática da transmissão do estabelecimento, à luz das últimas alterações legislativas e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Supremo Tribunal de Justiça. Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.

Metodologia: Nesta ação associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em dois workshops, um dos quais será deslocalizado (Zona Norte).

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos no Workshop a realizar no Zona Norte.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 100 participantes.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e locais: 10 de janeiro de 2025, Lisboa (seminário + workshop); 17 de janeiro de 2025, Zona Norte (workshop).

Ações de Formação Contínua **Tipo B⁺** – Seminários seguidos de Workshops

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
B+1L (Lisboa) B+1LA (Aveiro) B+1LE (Évora)	O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000	8 de novembro de 2024 Lisboa (presencial/dia todo) Aveiro(online/manhã) Évora (online manhã) 15 de novembro de 2024 Aveiro (presencial) 22 de novembro de 2024 Évora (presencial)	Civil
B+2L B+2LP (Zona Norte) B+2LE (Évora)	Direito Internacional da Família	9 de dezembro de 2024 Lisboa (presencial/dia todo) Aveiro(online/manhã) Évora (online manhã) 12 de dezembro de 2024 Aveiro (presencial) 12 de dezembro de 2024 Évora (presencial)	Família e Crianças
B+3L B+3LC (Zona Norte) B+3LA (Zona Centro)	Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais - Penal	10 de janeiro de 2025- Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) Zona Centro (online/manhã) 17 de janeiro de 2025 Zona Norte (presencial) 24 de janeiro de 2025 Zona Centro (presencial)	Penal
B+4L B+4LP (Zona Norte)	Acidente de trabalho	7 de março de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) 14 de março de 2025 Zona Norte (presencial)	Trabalho e Empresa
B+5L B+5LP (Zona Norte) B+5LA (Almada)	Questões de Processo Administrativo	24 de janeiro de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) Almada (online manhã) 28 de março de 2025 Zona Norte (presencial) 5 de maio de 2025	Administrativo

		Almada (presencial/manhã)	
B+6L B+6LVG (Vila Nova de Gaia) B+6LF (Évora)	Intervenção Tutelar Educativa	27 de janeiro de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Vila Nova de Gaia(online/manhã) Évora (online manhã) 3 de fevereiro de 2025 V. N. de Gaia (presencial) 3 de fevereiro de 2025 Évora (presencial)	Família e Crianças
B+7L B+7LP (Zona Norte)	A Transmissão do Estabelecimento e o direito do trabalho	10 de janeiro de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) 17 de janeiro de 2025 Zona Norte (presencial)	Trabalho e Empresa
B+8L (Lisboa) B+8LP (Zona Norte) B+8LC (Zona Centro)	Direito do Consumo	6 de março de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) Zona Centro (online/manhã) 21 de março de 2025 Zona Norte (presencial) 28 de março de 2025 Zona Centro (presencial/manhã)	Civil
B+9L B+9LB (Braga) B+9LP (Évora)	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	9 de maio de 2025- Lisboa (presencial/dia todo) Braga (online/manhã) Évora (online manhã) 16 de maio de 2025 Braga (presencial) 30 de maio de 2025 Évora - (presencial)	Penal
B+10L B+10LP (Zona Norte) B+10LC (Zona Centro)	Imposto sobre o Valor Acrescentado	16 de maio de 2025 Lisboa (presencial/dia todo) Zona Norte (online/manhã) Zona Centro (online/manhã) 6 de junho de 2025 Zona Norte (presencial) 13 de junho de 2025 Zona Centro (presencial)	Tributário

2.1.5. Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização

Metodologia

Estas ações consistem em cursos com vários dias de formação (máximo 4) que visam o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes nas temáticas a abordar, na perspetiva da sua aplicação judiciária.

Destinatários

Os Cursos de Especialização (ações de formação contínua Tipo C) são, tendencialmente, reservados a Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e, nestes, serão abordadas variadas questões de atualidade nas respetivas áreas e sua projeção na prática judiciária.

Nas jurisdições especializadas de Trabalho e de Família e Crianças, tais cursos destinam-se preferencialmente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho ou de Família e Menores.

Na Jurisdição Penal, o curso destina-se, preferencialmente, a magistrados/as do Ministério Público com intervenção na área criminal (investigação e julgamento) e a magistrados/as judiciais colocados/as em juízos criminais, locais ou centrais, destinando-se o curso sobre o regime de execução de penas a magistradas/os colocados nos TEP.

Na Jurisdição Administrativa, o curso destina-se exclusivamente a magistrados/as do Ministério Público em início de funções em Tribunais Administrativos.

Muitas das sugestões apresentadas pelos Conselhos Superiores (que não deram origem a ações tipo A, B ou B+) terão aqui o seu reflexo.

2.1.5.1. Penal: Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção

Objetivo: O curso percorrerá os principais institutos e as questões que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no domínio da luta contra a corrupção, versando, entre outros, os seguintes aspetos:

- Questões pertinentes ao preenchimento dos elementos essenciais dos diversos tipos penais de corrupção e criminalidade conexa, incluindo o crime de corrupção no comércio internacional e o crime de desobediência e ocultação de património;
- A problemática dos programas de cumprimento normativo e a responsabilidade penal das pessoas coletivas;
- A colaboração probatória e os denominados “prémios” penais e processuais;
- Os mecanismos de perda de vantagens do crime: regime da perda alargada e recuperação de ativos;

- As boas práticas e estratégias de gestão de processos de especial complexidade, nas fases de inquérito, instrução e julgamento, no domínio da reação penal à criminalidade organizada de índole económico-financeira que envolva crimes de corrupção e criminalidade conexa.

Metodologia: O curso contempla três sessões (correspondendo a três dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 80 para cada magistratura.

Data e local: 22 e 29 de novembro de 2024 e 13 de dezembro de 2024; Lisboa, CEJ

2.1.5.2. Penal: Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

Objetivo: Recuperando um modelo formativo profundamente ligado ao CEJ, as jornadas de direito penal e processual penal visam desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova (mínimo três dias completos).

Serão abordados os seguintes temas (sem prejuízo do aditamento de outros, designadamente, em caso de modificações legislativas):

- O fenómeno da cibercriminalidade;
- Recuperação de ativos (incluindo apresentação do curso online);
- Crimes de ódio e discurso discriminatório de grupos sociais: os limites da liberdade de expressão;
- O estatuto e direitos das vítimas de crimes no ordenamento nacional e da União Europeia.

Metodologia: O curso contempla três sessões (correspondendo a três dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 80 para cada magistratura.

Datas e local: 30 de junho, 7 e 14 de julho de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.5.3. Penal: Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas

Objetivo: O curso percorrerá os principais institutos e as questões mais controversas e que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no âmbito do regime de execução de penas.

As referidas sessões serão comuns às duas magistraturas, sem prejuízo da possibilidade de criação de grupos específicos para discussão de questões próprias de cada uma delas.

Metodologia: O curso contempla três sessões (correspondendo a três dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense com intervenção ao nível da execução das penas; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50.

Datas e local: 5, 12 e 19 de maio de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.5.4. Administrativo: Curso Intensivo de direito e processo administrativo para Magistrados do Ministério Público

Objetivo: Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito administrativo substantivo e processual nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados do Ministério Público nos Tribunais Administrativos.

Metodologia: O curso contempla três sessões (correspondendo a três dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Magistradas/os do Ministério Público em efetividade de funções nos Tribunais Administrativos.

Número de vagas: 80.

Datas e local: 8, 15 e 29 de janeiro de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.5.5. **Família: Especialização em questões de Direito da Família e Crianças**

Objetivo: Curso especificamente destinado a magistrados/as em funções na jurisdição da família e crianças visando dotá-los de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.

Metodologia: O curso contempla duas sessões (correspondendo a dois dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate, percorrendo as seguintes temáticas:

Tema 1: Questões da Filiação

Tema 2: Adoção

Esta ação de formação será exclusivamente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, preferencialmente em início de Funções na Jurisdição de família e crianças, que não tenham frequentado o Curso Intensivo ministrado em 2023. Não sendo preenchidas todas as vagas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra; havendo vagas sobrantes, poderão ser admitidos á frequência do curso outros/as profissionais da área forense com intervenção na área do direito do trabalho.

Número de vagas: 25 para cada magistratura. Inscrição conjunta para as duas sessões.

Datas e local: 11 e 21 de outubro de 2024 (dois dias completos); Lisboa, CEJ.

2.1.5.6. **Penal, Administrativo e Família e Crianças: Jornadas sobre direito dos estrangeiros e direito de asilo**

Objetivo: Desenvolver e consolidar conhecimentos sobre os procedimentos administrativos e tutela jurisdicional, o direito à vida familiar, detenção e expulsão, numa perspetiva abrangente que envolverá as áreas do direito da família, penal e administrativo.

Metodologia: As jornadas contemplam duas sessões (correspondendo a dois dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, com intervenção nas áreas da família, penal e administrativa, e outros/as profissionais da área forense com intervenção nas mesmas áreas; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 80 Magistradas/os Judiciais, 80 Magistradas/os do Ministério Público, 40 magistradas/os dos TAF.

Datas e local: 30 de junho de 2025 e 1 de julho de 2025; Lisboa, CEJ.

2.1.5.7. Trabalho e Empresa: Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho

Objetivo: Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito do trabalho substantivo e processual básicos nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados nos Juízos do Trabalho.

As referidas sessões serão comuns às duas magistraturas, sem prejuízo da possibilidade de criação de grupos específicos para discussão de questões próprias de cada uma delas.

Metodologia: O curso contempla quatro sessões (correspondendo a quatro dias completos), cada uma das quais terá como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate, percorrendo as seguintes temáticas:

Tema 1: Princípios. Direitos e deveres emergentes da relação laboral

Tema 2: Contratos de trabalho – especificidades

Tema 3: Ações comuns e especiais

Tema 4: Acidentes de trabalho

Esta ação de formação será exclusivamente presencial, atenta a metodologia seguida.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, **preferencialmente** em início de funções em Juízos do Trabalho e que não tenham frequentado o curso intensivo ministrado em 2023; não sendo preenchidas todas as vagas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra; havendo vagas sobrantes, poderão ser admitidos á frequência do curso outros/as profissionais da área forense com intervenção na área do direito do trabalho.

Número de vagas: 25 para cada magistratura.

Datas e local: 8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024; Lisboa, CEJ.

Ações de Formação Contínua **Tipo C** – Cursos de Especialização

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
C1	Especialização em questões de Direito da Família e Crianças Questões da Filiação Adoção	11 e 21 de outubro de 2024 Lisboa	Família e Crianças
C2	Curso Intensivo de Direito do Trabalho Contratos de trabalho – especificidades Ações comuns e especiais; e Acidentes de trabalho	8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024 Lisboa	Trabalho e Empresas
C3	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal	30 de junho, 7 e 14 de julho de 2025 Lisboa	Penal
C4	Curso Intensivo de Direito e Processo Administrativo para Magistradas/os do Ministério	8, 15 e 29 de janeiro de 2025 Lisboa	Administrativo
C5	Jornadas sobre Direito dos Estrangeiros e direito de asilo	30 de junho e 1 de julho de 2025 Lisboa	Administrativo/Penal/ Família e Crianças
C6	Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção	22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024 Lisboa	Penal
C7	Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas	5, 12 e 19 de maio de 2025 Lisboa	Penal

2.1.6. Ações de Formação Contínua Tipo D – Workshops

Metodologia

A criação de uma nova tipologia de ações de formação (Tipo B+), que associa ao modelo clássico do seminário a realização de três workshops (dois dos quais deslocalizados), traduz-se num substancial aumento deste tipo de ações e numa expressiva ampliação do número de destinatários, assim se respondendo, quer aos apelos dos Conselhos, quer às sugestões apresentadas pelos participantes em ações de formação anteriores.

Sem embargo, mantém-se este específico tipo de ações de formação (Tipo D), as quais consistem em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes), de cariz essencialmente interativo, e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Destinatários

As ações de formação contínua Tipo D são destinadas a Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Em casos excecionais, designadamente, quando se trate de ações desenvolvidas em parceria com entidades externas, poderão também ser abertas a outros/as profissionais da área forense.

2.1.6.1. Civil: Questões práticas do processo executivo – parceria com a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

Objetivo: Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos a Ordem dos Solicitadores e Agentes de execução, serão abordados, em três sessões, numa perspetiva prática e em formato workshop, problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes) de cariz essencialmente interativo e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Esta ação de formação será apenas presencial.

Inscrição separada para cada um dos Workshops.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 20 para cada magistratura.

Datas e local: 31 de outubro de 2024, 20 de dezembro de 2024 e 11 de junho de 2025; Lisboa, Auditório da OSAE.

2.1.6.2. Civil: Questões práticas do processo de Inventário

Objetivo: analisar e discutir questões práticas em matéria de processo de inventário.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes) de cariz essencialmente interativo e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Esta ação de formação será apenas presencial, estando previstas duas sessões: uma em Lisboa e outra em Braga. Inscrição separada para cada um dos Workshops.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 20 para cada magistratura.

Data e local: 6 de dezembro de 2024, Lisboa, CEJ; 13 de dezembro de 2024, Braga.

2.1.6.3. Penal: Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)

Objetivo: Discussão e resolução de casos práticos (vertente de *case study*), de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada às situações que envolvem violência doméstica.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes) de cariz essencialmente interativo e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Esta ação de formação será apenas presencial e contempla duas sessões, em distintos locais do país.

Inscrição separada para cada um dos Workshops.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.); não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 20 para cada magistratura.

Data e local: 4 de abril de 2025, zona norte, local a designar; 25 de junho de 2025, zona sul, local a designar.

2.1.6.4. **Penal:** EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos

Objetivo: esta ação de formação pretende proporcionar aos participantes um conhecimento mais aprofundado sobre a estrutura organizacional e a missão do EUROJUST, bem como ilustrar a sua atuação através da análise de casos práticos, tendo em vista, designadamente: i. analisar a missão do EUROJUST no contexto da cooperação judicial em matéria penal dentro da União Europeia, destacando as suas funções principais e a sua importância na luta contra o crime organizado e o terrorismo; ii. proporcionar aos participantes a oportunidade de se envolverem em exercícios práticos baseadas em casos reais, melhorando as suas capacidades de análise e resolução de problemas no contexto da cooperação judicial internacional; iii. Informar os participantes sobre as mais recentes atualizações legislativas e regulamentares que afetam o funcionamento do EUROJUST e a cooperação judicial na União Europeia.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes) de cariz essencialmente interativo e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Esta ação de formação será apenas presencial e contempla duas sessões, em distintos locais do país.

Inscrição separada em cada um dos Workshops.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 20 para cada magistratura.

Data e local: 6 de dezembro de 2024, Lisboa, CEJ; 11 de junho de 2025, Zona Norte.

2.1.6.5. Administrativo: Direito Administrativo Social

Objetivo: analisar e discutir questões práticas em matéria de direito administrativo social.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (e.g. um máximo tendencial de 20/25 participantes) de cariz essencialmente interativo e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Esta ação de formação será apenas presencial, estando previstas duas sessões: uma em Lisboa e outra no Zona Norte.

Inscrição separada em cada um dos Workshops.

Destinatários/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 30 Juízas/es dos TAF e 10 magistradas/os do Ministério Público.

Data e local: 30 de outubro de 2024, Lisboa, CEJ; 28 de fevereiro de 2025, Zona Norte.

Ações de Formação Contínua **Tipo D** – Workshops

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
D1	Direito Administrativo Social	30 de outubro de 2024 Lisboa	Administrativo
D2	EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos	6 de dezembro de 2024 Lisboa	Penal
D3	Questões práticas de processo de inventário	6 de dezembro de 2024 Lisboa	Civil
D4	Questões práticas de processo de inventário	13 de dezembro de 2024 Braga	Civil
D5	Direito Administrativo Social	28 de fevereiro de 2025 Lisboa	Administrativo
D6	Questões práticas do processo executivo	31 de outubro de 2024 Lisboa	Civil

D7	Questões práticas do processo executivo	20 de dezembro de 2024 Lisboa	Civil
D8	Questões práticas do processo executivo	11 de junho de 2025 Lisboa	Civil
D9	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Zona Norte 4 de abril 2025	Penal
D10	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Zona Sul 25 de junho de 2025	Penal
D11	EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos	11 de junho de 2025 Zona Norte	Penal

2.1.7. Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line

Metodologia

Integram-se neste âmbito vários cursos desenvolvidos pelo Programa HELP (*Human Rights Education for Legal Professionals*) do Conselho da Europa (adaptados à realidade nacional pela ação dos docentes do CEJ), bem como um curso sobre recuperação de ativos, desenvolvido pela jurisdição penal, e outro de inglês jurídico.

Estes cursos, por regra, têm uma sessão de abertura, seguida de frequência online e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.

Os conteúdos formativos são colocados na plataforma criada especificamente para o efeito, com possibilidade de interação entre os participantes e com os respetivos tutores/docentes.

Destinatários

As ações de formação contínua Tipo E são destinadas, tendencialmente, a um grupo reduzido de juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Em casos excecionais devidamente justificados poderão também ser abertas a outros/as profissionais da área forense.

2.1.7.1. HELP: Asilo e Direitos Humanos

Objetivo: O curso HELP "Asilo e Direitos Humanos" cobre de forma interativa os conceitos-chave, o quadro internacional e europeu relacionado com o asilo (ONU, Conselho da Europa e UE) e a extensa jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre o tema. Uma das principais referências para desenvolver este curso foi o Manual de Direito Europeu sobre Asilo, Fronteiras e Imigração desenvolvido conjuntamente pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE e pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Metodologia: O curso segue a metodologia B=Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: em funções nos tribunais administrativos e fiscais: magistrados/as judiciais (20) e do Ministério Público (20); em funções nos Tribunais judiciais: magistrados judiciais (10) e do Ministério Público (10), advogados e outros profissionais juristas (5).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 55. **Início:** 4 de abril de 2025.

2.1.7.2. **HELP: Proteção de dados e direito à privacidade**

Objetivo: O curso visa proporcionar uma introdução ao estudo dos instrumentos jurídicos desenvolvidos pelo Conselho da Europa (CdE) e pela União Europeia (UE) em matéria de proteção de dados, avultando, desde logo, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (artigo 8.º) e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE (artigos 7.º e 8.º), bem como diversos tratados emanados pela ONU e pelo Conselho da Europa, bem como diversos atos legislativos da União Europeia, com principal destaque para o Regulamento Geral de Proteção de Dados, à luz da jurisprudência do TEDH e do TJUE. Pretende-se ainda analisar a temática também no contexto de algumas áreas específicas, tais como as atinentes à saúde, aos meios de comunicação social, às novas tecnologias (GPS, *drones*, sistemas de CCTV, a internet das coisas, a computação em nuvem e *Big Data*, entre outras), à comunicação e marketing eletrónicos e à vigilância no local de trabalho.

Metodologia: O curso segue a metodologia B-Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: em funções nos tribunais administrativos e fiscais: magistrados/as judiciais (15) e do Ministério Público (15); em funções nos Tribunais judiciais: magistrados judiciais (10) e do Ministério Público (5); advogados e outros profissionais juristas (5).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50.

Início: 5 de fevereiro de 2025.

2.1.7.3. **HELP: Violência contra as mulheres e violência doméstica**

Objetivo: Partindo de uma abordagem centrada na tutela dos direitos humanos e na ideia primacial da proteção da vítima, o curso tem como principal objetivo familiarizar o público-alvo com os conceitos-chave vigentes na matéria, com o quadro normativo internacional e europeu que a enformam, bem como com a jurisprudência do TEHD relativa à prevenção e repressão da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica, conferindo especial relevo à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de Maio de 2011 (Convenção de Istambul), ratificada por Portugal e vigente na ordem jurídica portuguesa desde 01/08/2014.

Metodologia: O curso segue a metodologia B-Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (20) e do Ministério Público (20); técnicos/as da DGRSP (5) e do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV (5); técnicos/as das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (5).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 55.

Início: 3 de fevereiro de 2025.

2.1.7.4. HELP: Crimes de ódio e discurso de ódio

Objetivo: Os crimes de ódio e os danos causados pelo discurso de ódio representam um problema crescente em toda a Europa e prejudicam vítimas individuais, comunidades e a sociedade como um todo. Os dois fenómenos estão muito interligados, uma vez que o discurso de ódio cria um ambiente em que as pessoas são mais propensas a cometer crimes de ódio. Os dois problemas exigem, no entanto, respostas e soluções específicas. Este curso trata, portanto, das respostas jurídicas adequadas a estes problemas complexos. O curso centra-se nos aspetos de direito penal, aplicação da lei e justiça criminal da resposta legal, ao mesmo tempo que menciona outros aspetos relevantes.

Metodologia: O curso segue a metodologia B=Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (25) e do Ministério Público (25); outros/as profissionais da área forense (5).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 55.

Início: 25 de outubro de 2024.

2.1.7.5. HELP: Justiça amiga das crianças

Objetivo: O curso inclui diversos exercícios práticos orientados para a aquisição dos conhecimentos, competências e valores necessários a dotar os operadores judiciais de um conhecimento abrangente da CEDH e da jurisprudência produzida neste domínio pelo TEDH, bem como de outras normas europeias relevantes na matéria relativa à justiça amiga das crianças; tendo ainda em consideração diversos instrumentos interpretativos, nomeadamente as Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre Justiça Amiga das Crianças.

Metodologia: O curso segue a metodologia B=Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (20) e do Ministério Público (20); técnicos das equipas de apoio aos tribunais de família e menores da Segurança Social (10) e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (10).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 60.

Início: 26 de fevereiro de 2025.

2.1.7.6. HELP: Os direitos laborais enquanto direitos humanos

Objetivo: O curso abrange de uma forma interativa os conceitos-chave, o sistema europeu de proteção dos direitos laborais (decorrentes do Conselho da Europa e da UE), a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), bem como as decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS). Este último é um órgão independente de natureza parajudicial que supervisiona a situação nos Estados contratantes e desenvolve jurisprudência. Este curso aborda simultaneamente os direitos laborais individuais e coletivos, principalmente com base na CSE e nos correspondentes artigos da CEDH. O curso também faz comparações e sinergias com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e apresenta a legislação laboral da UE relevante. Também considera as principais convenções da OIT.

Metodologia: O curso segue a metodologia B=Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (20) e do Ministério Público (20); inspetores da Autoridade para as Condições do Trabalho (5) e técnicos superiores do Ministério do Trabalho (5).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50.

Início: 10 de março de 2025.

2.1.7.7. **HELP:** A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Objetivo: O curso visa proporcionar uma análise comparada da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nas suas semelhanças e diferenças, seja quanto ao respetivo conteúdo dispositivo, seja no que respeita ao funcionamento dos respetivos mecanismos de implementação e controle jurisdicional, com especial enfoque na necessidade que os profissionais do foro têm de proceder a uma aplicação conjugada destes dois instrumentos legislativos no seu trabalho diário.

Metodologia: O curso segue a metodologia B-Learning (1 sessão de abertura, presencial, seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (25) e do Ministério Público (25).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 50.

Início: 18 de março de 2025.

2.1.7.8. **Penal:** Recuperação de Ativos

Objetivo: O curso fornecer aos magistrados conhecimentos jurídicos sólidos sobre o sistema de recuperação de bens e de produtos do crime, nos planos interno e de cooperação internacional, teóricos e práticos.

Metodologia: O curso segue a metodologia B-Learning (1 sessão de abertura seguida de frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar).

Destinatários: magistrados/as judiciais (25) e do Ministério Público (25).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 50.

Início: 22 de janeiro de 2025.

2.1.7.9. Inglês: Curso de Inglês Jurídico

Objetivo: O curso visa promover o conhecimento das especificidades da linguagem técnico-jurídica na língua inglesa.

Metodologia: O curso segue a metodologia B-Learning (sessão de abertura, seguida de frequência online, com sessão final presencial obrigatória).

Destinatários: magistrados/as judiciais dos Tribunais Judiciais (40) e dos Tribunais Administrativos e Fiscais (40), magistrados do Ministério Público (80), outros profissionais da área forense (10).

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistradas/os, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 170.

Início: 9 de abril de 2025.

Sessão final (obrigatória): data a definir

Ações de Formação Contínua **Tipo E** – Cursos online

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
E1	<i>Help</i> – Asilo e Direitos Humanos	4 de abril de 2025	Administrativo
E2	<i>Help</i> – Proteção de Dados e Direito à Privacidade	5 de fevereiro de 2025	Administrativo
E3	<i>Help</i> – Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica	3 de fevereiro de 2025	Penal
E4	<i>Help</i> – Crimes de ódio e discurso de ódio	25 de outubro de 2024	Penal
E5	<i>Help</i> - Justiça amiga das crianças	26 de fevereiro de 2025	Família e Crianças
E6	<i>Help</i> – os Direitos Laborais enquanto Direitos Humanos	10 de março de 2025	Trabalho e Empresa
E7	<i>Help</i> – a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	18 de março de 2025	Civil
E8	Recuperação de ativos	22 de janeiro de 2025	Penal
E9	Inglês jurídico	9 de abril de 2025	Outras

2.1.8. Ações de formação especiais (F)

Ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função

Metodologia: Agrupam-se neste campo ações de formação de diferentes formatos (colóquios, seminários, workshops), visando, por um lado, o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado e, por outro lado, a discussão sobre questões éticas e deontológicas.

No que especificamente concerne às competências técnicas exigidas pela era digital, as ações de formação propostas incidirão quer sobre a componente especificamente técnica (*maxime*, ligada à gestão processual) quer sobre as exigências que a digitalização transporta no campo ético e deontológico, bem como sobre os desafios que representa para o próprio Estado de Direito e a boa administração da Justiça.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízas/es e magistradas/os do Ministério Público.

Atenta a importância das matérias abrangidas para os magistradas/os em início de carreira, serão reservados **30% das vagas a juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos.**

2.1.8.1. Gestão do Stress e competências sócio emocionais

Objetivos: Reflexão sobre o exercício da função de magistrado e suas exigências quotidianas, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas, designadamente: capacitação dos participantes com competências de gestão do stress em contexto judicial; e desenvolvimento de competências de sócio emocionais na promoção de ambientes de trabalho saudáveis.

Metodologia: Seminário, acompanhado da realização de exercícios práticos (manhã e tarde).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.**

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 18 de junho de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.2. A psicologia da tomada da decisão

Objetivos: Análise do processo de tomada de decisão, com os contributos da psicologia, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado.

Metodologia: Seminário, acompanhado da realização de exercícios práticos (manhã e tarde).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 23 de abril de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.3. Escrita clara – princípios e técnicas

Objetivos: a ação de formação pretende envolver os participantes numa reflexão sobre os problemas normalmente apontados aos textos judiciais (sintaxe sinuosa, falta de clareza e concisão, vocabulário desnecessariamente invulgar, perífrases, tem grandiloquente, abuso de expressões latinas...) e transmitir, fundamentar, ilustrar e discutir criticamente técnicas de escrita clara, concisa, direta e fluída, que melhor servem o acesso ao direito e à justiça.

Metodologia: Curso intensivo, que seguirá na sua metodologia o formato das ações de formação de tipo B+, desenvolvendo-se em três sessões que incluirão os seguintes módulos:

Módulo I: O que é escrever bem?

Módulo II: Técnicas de escrita clara I

Módulo III: Técnicas de escrita clara II

Em cada uma das sessões, associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas pelos participantes inscritos em dois workshops, um dos quais será deslocalizado (Zona Norte).

A parte teórica da formação decorrerá em formato híbrido, sendo presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos no Workshop a realizar no Zona Norte.

Destinatárias/os: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 50, para cada um dos workshops, num total de 100 participantes.

Inscrição conjunta, para as três sessões, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandas/os efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Datas e Locais:

1ª Sessão: 15 de novembro de 2024, Lisboa (parte teórica e workshop); 25 de novembro de 2024, Zona Norte (workshop).

2ª Sessão: 21 de março de 2025, Lisboa (parte teórica e workshop); 28 de março de 2025, Zona Norte (workshop).

3ª Sessão: 20 de junho de 2025, Lisboa (parte teórica e workshop); 27 de junho de 2025, Zona Norte (workshop).

2.1.8.4. Magistratura, dever de reserva, privacidade, liberdade de expressão e redes sociais

Objetivos: Discussão sobre questões éticas e deontológicas, refletindo especialmente sobre as implicações do dever de reserva ao nível da condução da vida pessoal do magistrado, com particular foco na questão da utilização das redes sociais, e sobre a harmonização entre os direitos individuais dos magistrados e os seus deveres estatutários e deontológicos.

Metodologia: Seminário, acompanhado da realização de exercícios práticos (manhã e tarde).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 28 de abril de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.5. Estado de Direito e boa administração da Justiça na era digital

Objetivos: Reflexão sobre os desafios colocados ao Estado de Direito e em particular à boa administração da justiça pelos mais recentes avanços tecnológicos, com particular destaque para a digitalização, mecanismos de comunicação à distância e utilização de inteligência artificial.

Metodologia: Seminário, acompanhado da realização de exercícios práticos (manhã e tarde).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 30 de abril de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.6. Integridade Judiciária e os Códigos de Conduta

Objetivos: Proporcionar uma reflexão e suscitar a discussão em torno da importância dos Códigos de Conduta nas profissões judiciárias, seu relevo no reforço da integridade judicial e consequências para os diferentes operadores judiciários.

Metodologia: Seminário, acompanhado da realização de exercícios práticos (manhã e tarde).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Data e local: 23 de maio de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.7. Tecnologias de Informação e comunicação e transição digital no sistema judicial

Objetivos: Capacitação dos participantes no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, no contexto da transição digital, percorrendo as seguintes temáticas:

- Sistema integrado de informação processual;
- Cibersegurança, quer em contexto profissional (citius, magistratus, SITAF), quer no âmbito pessoal;
- Boas práticas e pontos críticos em matéria de dados pessoais identificáveis e sensíveis;
- Gestão processual e gestão de documentos digitais – armazenamento e tratamento de dados;
- Inteligência artificial e *machine learning* no exercício da função jurisdicional – bases teórico-práticas, conceitos, terminologia e aplicações; panorama dos instrumentos normativos regulatórios, editados e em desenvolvimento.

Metodologia: Curso Intensivo, com duas sessões (correspondendo a dois dias completos).

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: Estas ações de formação contínua são destinadas **exclusivamente** a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo **30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade**.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Datas e local: 27 de fevereiro de 2025 e 6 de março de 2025; Lisboa; CEJ.

2.1.8.8. Ação de formação de magistrados judiciais e do Ministério Público em colaboração com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas

Objetivos: Respondendo aos problemas levantados pela mediatização da justiça, continua a reconhecer-se relevância à formação conjunta de Magistradas/os e jornalistas, pelo que se integra no presente Plano uma formação centrada em questões relevantes para o Judiciário e para o Jornalismo, potenciando-se, assim, a discussão e reflexão conjunta de problemas comuns pelos participantes.

Metodologia: Sob o tema “Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito”, a formação aqui incluída desenrolar-se-á em 3 ações formativas, cuja metodologia combinará o modelo de seminário com o de workshop.

As ações serão de assistência presencial, sendo deslocalizadas.

Destinatárias/os: destinada a juizes/as (dos Tribunais Judiciais e Administrativos e Fiscais), magistrados/as do Ministério Público e jornalistas.

Inscrição separada em cada uma das ações.

Número de vagas: 15 Magistradas/os Judiciais + 10 Magistradas/os do Ministério Público + 10 Magistradas/os dos TAF + 15 jornalistas (para cada uma das ações).

Datas e local: 14 de outubro de 2024, Beja; 14 de abril de 2025, Braga; e 16 de junho de 2025, Lisboa, CEJ.

2.1.8.9. Ação de formação sobre temas de Direito Europeu

Objetivos: Respondendo a sugestões do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, dando conta de necessidades formativas específicas nas áreas das respetivas jurisdições, a ação centrar-se-á sobre temas de Direito Europeu, oferecendo aos participantes uma reflexão crítica sobre a jurisprudência de cada um dos referidos Tribunais nas matérias mais atuais e objeto de maior controvérsia.

Metodologia: esta ação compreende uma sessão (correspondendo a um dia completo) e seguirá a metodologia das ações de Tipo B (seminário), com discussão em plenário.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial.

Destinatários: A formação será aberta à participação a Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Não sendo preenchidas todas as vagas abertas, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 100 para cada magistratura.

Datas e local: 11 de abril de 2025; Lisboa; CEJ.

Ações de Formação Contínua **Tipo F** – Especiais

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
F1	Escrita clara – princípios e técnicas	"Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte em modelo híbrido: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)	Todas
F2	Gestão do Stress e competências socio emocionais	Lisboa, 18 de junho de 2025	Todas
F3	Tecnologias de Informação e comunicação e transição digital no sistema judicial	Lisboa, 27 de fevereiro e 6 de março de 2025	Todas
F4	A psicologia da tomada da decisão	Lisboa, 23 de abril de 2025	Todas

F5	Magistratura, dever de reserva, privacidade, liberdade de expressão e redes sociais	Lisboa, 28 de abril de 2025	Todas
F6	Estado de Direito e boa administração da Justiça na era digital	Lisboa, 30 de abril de 2025	Todas
F7	Integridade Judiciária e os Códigos de Conduta	Lisboa, 23 de maio de 2025	Todas
F8	Temas de Direito Europeu	Lisboa, 11 de abril de 2025	Todas
F9	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Beja, 14 de outubro de 2024 (presencial/dia todo)	Todas
F10	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Braga, 14 de abril de 2025 (presencial/dia todo)	Todas
F11	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Lisboa, 16 de junho de 2025 (presencial/dia todo)	Todas

2.1.9. Ações de Formação Contínua Tipo G – Webinars

Metodologia

Funcionando em formato exclusivamente online, de forma a facilitar o acesso e a flexibilidade de participação, independentemente da localização geográfica dos participantes, esta nova categoria de ações de formação seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas das várias jurisdições.

Destinatários

Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Este formato inovador permite chegar a um público-alvo mais numeroso, quebrando barreiras físicas e dificuldades de deslocação, possibilitando a inclusão de participantes das diferentes regiões do país.

O seu formato exclusivamente *on-line*, que dispensa a deslocação dos participantes, e a sua curta duração (máximo de três horas), permite a compatibilização da sua frequência com o serviço, **razão pela qual se sugere que a frequência neste tipo de ações de formação não seja contabilizada no número de ações de formação que a cada magistrado é permitido participar anualmente** (sendo, portanto, uma formação extra).

Limitações técnicas impõem a definição de um *numerus clausus*, no tocante às vagas abertas para cada uma destas novas ações.

Ainda assim, serão abertas 1000 vagas para cada ação, sendo 450 para Juízas/es, 450 para Magistradas/os do Ministério Público e 100 para outros profissionais da área forense.

As limitações técnicas referidas impõem que, dos participantes admitidos, apenas 200 tenham acesso a todas as virtualidades da plataforma (visualização, possibilidade de interação por voz e imagem e pelo chat); aos restantes fica salvaguardada a visualização, sendo a apresentação de questões feita através de endereço de e-mail que será disponibilizado em cada ação de formação.

2.1.9.1. Civil: Contrato de Compra e venda comercial

Objetivo: análise do contrato de compra e venda comercial, tomando como referente as principais questões que o mesmo levanta em termos doutrinários e jurisprudenciais.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatários/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 2 de dezembro de 2024; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.2. Civil: Contratos à distância

Objetivo: análise do regime e principais questões, doutrinários e jurisprudenciais, da contratação à distância.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatários/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 7 de maio de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.3. Penal: Decisão Europeia de Investigação – aspetos práticos – a plataforma e-Evidence Digital Exchange System (e-EDES)

Objetivo: Apresentação sumária da base legal e dos princípios fundamentais da Decisão Europeia de Investigação (DEI) e demonstração das principais funcionalidades da plataforma e-EDES, acompanhada da explicação do processo de registo, acesso e navegação na plataforma, tudo com o objetivo de fornecer aos participantes uma visão detalhada sobre a criação, submissão e gestão de uma DEI através da e-EDES, acompanhada da apresentação de casos práticos e exemplos de uso da plataforma para ilustrar os procedimentos.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatários/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 11 de outubro de 2024; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.4. Penal: A prova indireta

Objetivo: Apresentação sumária do enquadramento legal da prova indireta no Código de Processo Penal, que passará pela análise das normas e os princípios que regem a sua admissibilidade e valoração, e reflexão sobre os principais desafios que a sua utilização representa, identificando as tendências jurisprudenciais e os critérios adotados pelos tribunais na sua valoração.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatários/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 16 de maio de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.5. **Administrativo:** A ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental

Objetivo: Partindo da definição do conceito de conteúdo essencial de um direito fundamental, a formação abrangerá a análise de situações que envolvem ofensa a esse conteúdo, a exposição de critérios para determinar quando ocorre essa ofensa e a análise das consequências jurídicas da violação do conteúdo essencial de um direito fundamental no âmbito do direito administrativo, delimitando o papel dos tribunais administrativos na proteção e defesa dos direitos fundamentais.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 17 de fevereiro de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.6. **Administrativo:** A responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia

Objetivo: Definir o conceito e os fundamentos da responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia, procedendo ao enquadramento jurídico desta responsabilidade à luz dos tratados da União Europeia e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), densificando os requisitos necessários para que se configure a responsabilidade do Estado, conforme estabelecido pelo TJUE, e delimitando as suas consequências.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 10 de fevereiro de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.7. **Tributário:** Gestão Processual nos Tribunais Tributários

Objetivo: Análise de questões específicas da gestão processual nos Tribunais Tributários, com especial enfoque nas principais ferramentas e técnicas para uma gestão eficiente dos processos nos tribunais tributários, com destaque para o papel das tecnologias de informação na gestão processual, incluindo o uso de plataformas eletrônicas e sistemas de gestão de processos.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais e outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 4 de julho de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.8. **Família e Crianças:** Acolhimento Familiar

Objetivo: reflexão sobre questões práticas atinentes à aplicação e execução da medida de acolhimento residencial.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 6 de novembro de 2024; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.9. Família e Crianças: Acolhimento residencial e *Habeas Corpus*

Objetivo: reflexão em torno da Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça relativa à admissibilidade da providência de habeas corpus em situações de crianças e jovens sujeitos a medida de acolhimento residencial.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas.

Destinatárias/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 4 de abril de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.10. Trabalho e Empresa: Trabalho e saúde mental – *burnout*

Objetivo: Abordagem interdisciplinar da temática da saúde mental (em especial, a problemática do *burnout*), com inúmeros pontos de contacto com o direito do trabalho.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 31 de janeiro de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

2.1.9.11. **Trabalho e Empresa:** Greve: direitos e deveres

Objetivo: Abordagem de uma temática quase tão antiga quanto o direito do trabalho, mas cujas novas e originais formas de exercício suscitam desafios atuais.

Metodologia: Esta ação desenvolver-se-á em formato exclusivamente *on-line* e seguirá a metodologia da conferência, seguida de debate entre os participantes, com duração não superior a três horas, tendo em vista uma abordagem mais circunscrita e eficaz das questões mais atuais e controversas que o respetivo tema levanta.

Destinatárias/os: Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Número de vagas: 450 Magistradas/os Judiciais + 450 Magistradas/os do Ministério Público + 100 outros/as profissionais da área forense.

Data e local: 6 de junho de 2025; exclusivamente *on-line*, através da Plataforma Webex.

Ações de Formação Contínua **Tipo G** – Webinars

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
G1	Decisão Europeia de Investigação – aspetos práticos – a Plataforma e-Evidence Digital Exchange System (e-EDES)	11 de outubro de 2024	Penal
G2	Acolhimento Familiar	6 de novembro de 2024	Família e Crianças
G3	Contrato de compra e venda comercial	2 de dezembro de 2024	Civil
G4	Trabalho e saúde mental – <i>burnout</i>	31 de janeiro de 2025	Trabalho e Empresas
G5	A ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental	17 de fevereiro de 2025	Administrativo
G6	A responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia	10 de fevereiro de 2025	Administrativo
G7	A prova indireta	16 de Maio de 2025	Penal
G8	O acolhimento residencial e o Habeas Corpus	4 de Abril de 2025	Família e Crianças
G9	Contratos à distância	7 de maio de 2025	Civil
G10	Greve – direitos e deveres	6 de Junho de 2025	Trabalho e Empresas
G11	Gestão processual nos Tribunais Tributários	4 de julho de 2025	Tributário

3. Vagas

As vagas são definidas para cada ação de formação, por magistratura, dentro de cada uma das tipologias apresentadas.

Tipologia	Magistratura Judicial/TAF	Magistratura MP	Total
A	100	100	200
B	100	100	200
B+	75	75	150*
C	80	80	160*
D	20	20	40*
E	80 ¹	80 ¹	160*
F	100* ²	100* ²	200*
AF	30 Civil – 40 Administrativo - 40	30 Civil – 20 Administrativo - 20	60*

*Exceções aos números gerais:

- As ações Tipo B+ da Jurisdição de Trabalho – *Vide cronograma anexo ao presente Plano de Formação*
- As ações Tipo C das Jurisdições de Trabalho e Empresa e de Família e crianças - *Vide cronograma anexo ao presente Plano de Formação*
- As ações Tipo D da Jurisdição Administrativa - *Vide cronograma anexo ao presente Plano de Formação*
- As ações de formação contínua Tipo E - cursos HELP, cujas vagas estão definidas no *Cronograma anexo ao presente Plano de Formação*
- As ações tipo F “Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas” e ação “Escrita clara – princípios e técnicas O que é escrever bem?” – *Vide Cronograma anexo ao Presente Plano de Formação*

- **As ações AF** das Jurisdições Civil e Administrativo – *Vide Cronograma anexo ao Presente Plano de Formação*

As ações de formação contínua **Tipo A** terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo B** terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo C** terão 160 vagas, sendo 80 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 80 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo D** terão 40 vagas, sendo 20 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 20 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo F** – Ações especiais: terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo AF** – Cursos intensivos – terão 60 vagas, sendo 30 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 30 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

4. Inscrições

De acordo com o disposto no art.º 77º, da Lei nº 2/2008, de 14 de janeiro, os/as Magistrados/as que pretendam participar nas atividades de formação requerem a respetiva autorização aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, até ao dia 30 de setembro.

Nestes termos, os/as juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público deverão inscrever-se através do preenchimento de formulário a ser disponibilizado *online* pelo CSM e pelo CSMP.

Os/as juízes/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais deverão preencher a ficha de inscrição divulgada pelo CEJ e remetê-la ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no prazo e condições definidas por este Conselho Superior.

Os/as juízes/as Conselheiros/as e juízes/as Desembargadores/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais poderão inscrever-se para qualquer das ações de formação contínua, junto do CEJ, para o endereço de correio eletrónico formacao-def@mail.cej.mj.pt, após a divulgação do respetivo programa.

Terminado o prazo de inscrições, cada um dos Conselhos Superiores informará o CEJ das autorizações concedidas e este, por sua vez, dará conhecimento aos/às interessados/as das ações que estão autorizados/as a frequentar como medida recordatória imediatamente antes da realização da ação de formação contínua, sem prejuízo das comunicações efetuadas por cada Conselho Superior.

As inscrições dos/as restantes profissionais do direito e de outros/as profissionais decorrerão aquando da divulgação do programa detalhado de cada ação de formação contínua, de acordo com metodologia a divulgar oportunamente.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 2024 - 2025

CRONOGRAMA DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

DATA	TIPOLOGIA JURISDIÇÃO	TEMA DA AFC	OBJETIVOS	DESTINATÁRIOS	OBSERVAÇÕES
11 de outubro de 2024	G1 Penal	Decisão Europeia de Investigação – aspetos práticos – a plataforma e-Evidence Digital Exchange System (e-EDES)	Apresentação sumária da base legal e dos princípios fundamentais da Decisão Europeia de Investigação (DEI) e demonstração das principais funcionalidades da plataforma e-EDES, acompanhada da explicação do processo de registo, acesso e navegação na plataforma, tudo com o objetivo de fornecer aos participantes uma visão detalhada sobre a criação, submissão e gestão de uma DEI através da e-EDES, acompanhada da apresentação de casos práticos e exemplos de uso da plataforma para ilustrar os procedimentos.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente on-line, através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
11 de outubro 2024	C1 Família	Especialização em questões de Direito da Família e Crianças • Questões da Filiação	Dotar os magistrados de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público, preferencialmente em início de Funções na Jurisdição de família e crianças, que não tenham frequentado o Curso Intensivo ministrado em 2023 .	11 e 21 de outubro de 2024 Assistência presencial. Número de vagas: 50, 25 MJ e 25 MP.
14 de outubro de 2024	F9 Todas	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Respondendo aos problemas levantados pela mediatização da justiça, continua a reconhecer-se relevância à formação conjunta de Magistradas/os e jornalistas, pelo que se integra no presente Plano uma formação centrada em questões relevantes para o Judiciário e para o Jornalismo, potenciando-se, assim, a discussão e reflexão conjunta de problemas comuns pelos participantes.	Juizes/as (dos Tribunais Judiciais e Administrativos e Fiscais), magistrados/as do Ministério Público e jornalistas.	Seminário, seguido de Workshop. Assistência presencial. Local: Beja. Número de vagas: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 15 jornalistas.
21 de outubro 2024	C1 Família	Especialização em questões de Direito da Família e Crianças • Adoção			11 e 21 de outubro de 2024
25 de outubro de 2024	A1 Trabalho	Temas de Direito do Trabalho	Refletir sobre algumas questões colocadas pelas alterações da legislação no domínio do regime das faltas justificadas por motivo de doença e no âmbito da parentalidade, bem como sobre algumas questões que se suscitam no âmbito do procedimento disciplinar, nomeadamente em relação ao regime das sanções disciplinares não extintivas do vínculo e ao uso (indevido) do inquérito prévio.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.

25 de outubro de 2024	E4 Penal	HELP - Crimes de ódio e discurso de ódio	Os crimes de ódio e os danos causados pelo discurso de ódio representam um problema crescente em toda a Europa e prejudicam vítimas individuais, comunidades e a sociedade como um todo. Os dois fenómenos estão muito interligados, uma vez que o discurso de ódio cria um ambiente em que as pessoas são mais propensas a cometer crimes de ódio. Os dois problemas exigem, no entanto, respostas e soluções específicas. Este curso trata, portanto, das respostas jurídicas adequadas a estes problemas complexos. O curso centra-se nos aspetos de direito penal, aplicação da lei e justiça criminal da resposta legal, ao mesmo tempo que menciona outros aspetos relevantes.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e do Ministério Público, em funções nos juízos criminais, de instrução criminal e de competência genérica e DIAPs.	Número de vagas: 55: 25 MJ + 25 MP + 5 profissionais da área forense. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
30 de outubro de 2024	D1 Administrativo	Direito Administrativo Social	Analisar e discutir questões práticas em matéria de direito administrativo social.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 30 TAF + 10 MMP Inscrição separada em cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
31 de outubro de 2024	D6 Civil	Questões práticas do processo executivo	Serão abordados problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução. Auditório da OSAE, manhã. Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

6 de novembro de 2024	G2 Família	Acolhimento Familiar	Reflexão sobre questões práticas atinentes à aplicação e execução da medida de acolhimento residencial.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
-----------------------	------------	----------------------	---	---	---

8 de novembro de 2024	B+1L Civil	O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000	A ação de formação pretende aprofundar o tema do maior acompanhado na perspetiva transfronteiriça, dotando os participantes de conhecimentos sobre o âmbito de aplicação da Convenção relativa à proteção internacional de adultos – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa, Aveiro e Évora, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: • 8 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Aveiro: • 8 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (workshop) Évora: • 8 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 22 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops,num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
8 de novembro de 2024	C2 Trabalho	Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho • Princípios. Direitos e deveres emergentes da relação laboral	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito do trabalho substantivo e processual básicos nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados nos Juízos do Trabalho.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público, preferencialmente em início de funções em Juízos do Trabalho e que não tenham frequentado o curso intensivo ministrado em 2023.	8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024 Assistência presencial Número de vagas: 50, 25 MJ e 25 MP.
15 de novembro	B+1LA Civil	O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000			Lisboa, 8 de novembro Aveiro, 15 de novembro Évora, 22 de novembro
15 de novembro de 2024	C2 Trabalho	Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho • Contratos de trabalho – especificidades			8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024
15 de novembro de 2024	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas • O que é escrever bem?	Pretende-se envolver os participantes numa reflexão sobre os problemas normalmente apontados aos textos judiciais (sintaxe sinuosa, falta de clareza e concisão, vocabulário desnecessariamente invulgar, perifrases, tom grandiloquente, abuso de expressões latinas...) e transmitir, fundamentar, ilustrar e discutir criticamente técnicas de escrita clara, concisa, direta e fluída, que melhor servem o acesso ao direito e à justiça.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte, aqui em modelo híbrido: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta para as três sessões: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP + 10 TAF para cada um dos workshops, num total de 100 participantes na parte teórica.

22 de novembro	B+1LE Civil	O maior acompanhado com implicações transfronteiriças – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000			Lisboa, 8 de novembro Aveiro, 15 de novembro Évora, 22 de novembro
22 de novembro de 2024	C2 Trabalho	Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho • Ações comuns e especiais			8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024
22 de novembro de 2024	C6 Penal	Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção	O curso percorrerá os principais institutos e as questões que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no domínio da luta contra a corrupção.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 80 para cada magistratura.
25 de novembro de 2024	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas • O que é escrever bem?			1.ª Sessão: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) 2.ª Sessão: Lisboa: • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) 3.ª Sessão: Lisboa: • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)
29 de novembro de 2024	C2 Trabalho	Curso Intensivo sobre Direito do Trabalho • Acidentes de trabalho			8, 15, 22 e 29 de novembro de 2024
29 de novembro de 2024	C6 Penal	Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção			22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024
2 de dezembro de 2024	G3 Civil	Contrato de Compra e venda comercial	Análise do contrato de compra e venda comercial, tomando como referente as principais questões que o mesmo levanta em termos doutrinários e jurisprudenciais.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente on-line, através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.

4 de dezembro de 2024	A2 Família	Cibercriminalidade e questões conexas Cibercriminalidade juvenil	Refletir sobre o aumento da severidade da violência, a criminalidade violenta, os gangues; refletir sobre os instrumentos processuais do sistema tutelar educativo e sobre a intervenção educativa dos CE.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte em modelo híbrido: Lisboa: 4 de dezembro de outubro de 2024, presencial 14 de janeiro de 2024, à distância Zona Norte: 4 de dezembro de outubro de 2024, à distância 14 de janeiro de 2024, presencial Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta para as duas sessões.
6 de dezembro de 2024	D2 Penal	EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos	Proporcionar aos participantes um conhecimento mais aprofundado sobre a estrutura organizacional e a missão do EUROJUST, bem como ilustrar a sua atuação através da análise de casos práticos, tendo em vista, designadamente: i. analisar a missão do EUROJUST no contexto da cooperação judicial em matéria penal dentro da União Europeia, destacando as suas funções principais e a sua importância na luta contra o crime organizado e o terrorismo; ii. proporcionar aos participantes a oportunidade de se envolverem em exercícios práticos baseadas em casos reais, melhorando as suas capacidades de análise e resolução de problemas no contexto da cooperação judicial internacional; iii. Informar os participantes sobre as mais recentes atualizações legislativas e regulamentares que afetam o funcionamento do EUROJUST e a cooperação judicial na União Europeia.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta ação de formação será apenas presencial. Local: Lisboa. (Com repetição na Zona Norte - v. infra) Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada em cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
6 de dezembro de 2024	D3 Civil	Questões práticas do processo de Inventário	Analisar e discutir questões práticas em matéria de processo de inventário.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
9 de dezembro de 2024	B+2L Família	Direito Internacional da Família	Refletir sobre a aplicação dos instrumentos internacionais na Jurisdição da Família e das Crianças, concretamente no Divórcio, Responsabilidades Parentais, e Deslocação/Retenção Ilícita de Criança. Resolução de questões práticas.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Aveiro e Évora em modelo híbrido: Lisboa: 9 de dezembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Aveiro e Évora (em simultâneo); 9 de dezembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) 12 de dezembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
12 de dezembro de 2024	B+2LAE Família	Direito Internacional da Família			Lisboa, 9 de dezembro de 2024 Aveiro e Évora (em simultâneo), 12 de dezembro de 2024

13 de dezembro de 2024	C6 Penal	Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção			22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024
13 de dezembro de 2024	D4 Civil	Questões práticas do processo de Inventário	Analisar e discutir questões práticas em matéria de processo de inventário.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Braga, 13 de dezembro de 2024 Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
20 de dezembro de 2024	B8 Penal	Seminário de Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal - vários instrumentos, incluindo o Regulamento EU 2023/2844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2023, e o princípio «digital por defeito».	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional), congelamento e perda de bens, Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE e extradição (ativa, passiva, especialidades, aut daedere aut judicare), analisando os seus diversos instrumentos (incluindo o Regulamento EU 2023/2844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2023 e o princípio «digital por defeito»)	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
20 de dezembro de 2024	D7 Civil	Questões práticas do processo executivo	Serão abordados problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução. Auditório da OSAE, manhã Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
8 de janeiro de 2025	C4 Administrativo	Curso Intensivo de direito e processo administrativo para Magistrados do Ministério Público	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito administrativo substantivo e processual nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados do Ministério Público nos Tribunais Administrativos.	Magistradas/os do Ministério Público em efetividade de funções nos Tribunais Administrativos.	8, 15 e 29 de janeiro de 2025 Assistência preferencialmente presencial, com possibilidade de transmissão à distância em função da metodologia seguida e das necessidades inventariadas pelos seus coordenadores. Número de vagas: 80.

10 de janeiro de 2025	B+3L Penal	Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais	Aprofundar, de um ponto de vista prático, o conhecimento nas várias fases do processo penal, de matérias envolvendo a criminalidade económico-financeira, inclusive no que respeita à articulação com outras entidades, nomeadamente, o Tribunal de Contas, a Autoridade Tributária e Aduaneira e entidades reguladoras.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa, no Zona Norte e na Zona Centro em modelo híbrido: Lisboa: • 10 de janeiro de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 10 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 17 de janeiro de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Zona Centro: • 10 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 24 de janeiro de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
10 de janeiro de 2025	B+7L Trabalho	A Transmissão de Estabelecimento e o Direito do Trabalho	Proporcionar uma reflexão atualizada sobre as questões que mais se têm suscitado a propósito da problemática da transmissão do estabelecimento, à luz das últimas alterações legislativas e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Supremo Tribunal de Justiça. Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte, aqui em modelo híbrido: Lisboa: • 10 de janeiro de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 10 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 17 de janeiro de 2025, presencialmente, manhã (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops,num total de 100 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
14 de janeiro de 2025	A2 Família	Cibercriminalidade e questões conexas • Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa	Refletir sobre o aumento da severidade da violência, a criminalidade violenta, os gangues; refletir sobre os instrumentos processuais do sistema tutelar educativo e sobre a intervenção educativa dos CE.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público.	Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte em modelo híbrido: Lisboa: • 4 de dezembro de outubro de 2024, presencial • 14 de janeiro de 2024, à distância Zona Norte: • 4 de dezembro de outubro de 2024, à distância • 14 de janeiro de 2024, presencial Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta para as duas sessões.
15 de janeiro de 2025	C4 Administrativo	Curso Intensivo de direito e processo administrativo para Magistrados do Ministério Público			8, 15 e 29 de janeiro de 2025
17 de janeiro de 2025	B1 Tributário	Jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia	No âmbito do protocolo celebrado entre o CEJ e a Escola de Direito da UCP, estes seminários repetem o modelo que tem sido utilizado nos últimos anos, em que docentes da Universidade Católica e Juizes apresentam e elaboram sobre jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	17 de janeiro e 12 de fevereiro de 2025 Parceria com a Universidade Católica Portuguesa Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta para as duas sessões.

17 de janeiro de 2025	B+3LP Penal	Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais			Lisboa, 10 de janeiro de 2025. Zona Norte, 17 de janeiro de 2025. Zona Centro, 24 de janeiro de 2025.
17 de janeiro de 2025	B+7LP Trabalho	A Transmissão de Estabelecimento e o Direito do Trabalho			Lisboa 10 de janeiro de 2025 Zona Norte, 17 de janeiro de 2025
22 de janeiro de 2025	E8 Penal	Recuperação de Ativos	O curso visa fornecer aos magistrados conhecimentos jurídicos sólidos sobre o sistema de recuperação de bens e de produtos do crime, nos planos interno e de cooperação internacional, teóricos e práticos.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e do Ministério Público, em funções nos juízos criminais, de instrução criminal e de competência genérica e DIAPs.	Número de vagas: 50 » 25 MJ e 25 MP, em funções nos juízos criminais, de instrução criminal e de competência genérica e DIAPs. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
24 de janeiro de 2025	B+3LC Penal	Criminalidade económico-financeira, nomeadamente crimes de corrupção, recebimento indevido de vantagem e de branqueamento de capitais			10 de janeiro de 2025 Zona Norte, 17 de janeiro de 2025 Zona Centro, 24 de janeiro de 2025
24 de janeiro de 2025	A3 Tributário	Temas de Direito Tributário I	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões que têm suscitado maior controvérsia ao nível do contencioso tributário.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense.	Lisboa, 24 de janeiro e 21 de fevereiro de 2025 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta com Temas de Direito tributário II.
24 de janeiro de 2025	B+5L Administrativo	Questões de direito e processo administrativo	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões processuais que têm suscitado alguma controvérsia ao nível da tutela urgente e não urgente no contencioso administrativo.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Esta formação será realizada Lisboa, Zona Norte e em Almada, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: • 24 de janeiro de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 24 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março 2025, presencialmente, tarde (workshop) Almada: • 24 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 5 de maio de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
27 de janeiro de 2025	B+6L Família	Intervenção Tutelar Educativa	Abordagem ao sistema tutelar educativo vigente em Portugal e modelos de intervenção do Estado na educação do menor para o Direito. Resolução de questões práticas relativas à intervenção tutelar educativa.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa, Évora e Vila Nova de Gaia, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: • 27 de janeiro de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Évora e Gaia (em simultâneo): • 27 de janeiro de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 3 de fevereiro de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

29 de janeiro de 2025	C4 Administrativo	Curso Intensivo de direito e processo administrativo para Magistrados do Ministério Público			8, 15 e 29 de janeiro de 2025
31 de janeiro de 2025	G4 Trabalho	Trabalho e saúde mental – <i>burnout</i>	Abordagem interdisciplinar da temática da saúde mental (em especial, a problemática do burnout), com inúmeros pontos de contacto com o direito do trabalho e da qual apenas se conhece verdadeiramente “a ponta do iceberg”.	Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.

3 de fevereiro de 2025	B+6LEG Família	Intervenção Tutelar Educativa			Lisboa, 27 de janeiro de 2025 Évora e Vila Nova de Gaia (em simultâneo), 3 de fevereiro de 2025
3 de fevereiro de 2025	E3 Penal	HELP - Violência contra as mulheres e violência doméstica	Familiarizar o público-alvo com os conceitos-chave vigentes na matéria, com o quadro normativo internacional e europeu que a enformam, bem como com a jurisprudência do TEHD relativa à prevenção e repressão da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica, conferindo especial relevo à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de maio de 2011 (Convenção de Istambul), ratificada por Portugal e vigente na ordem jurídica portuguesa desde 01/08/2014.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e do Ministério Público, em funções nos juízos criminais, de instrução criminal e de competência genérica e DIAPs e nos juízos de família e crianças e nos juízos de competência genérica. Técnicos/as da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV, e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	Número de vagas: 55 » 20 MJ + 20 MMP dos tribunais criminais e de instrução criminal e DIAPs, nos juízos de família e crianças e nos juízos de competência genérica + 5 técnicas/os da DGRSP + 5 técnicas/os do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV + 5 técnicas/os das CPCJs. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
5 de fevereiro de 2025	E2 Administrativo /Trabalho	HELP - Proteção de dados e direito à privacidade	Proporcionar uma introdução ao estudo dos instrumentos jurídicos desenvolvidos pelo Conselho da Europa (CdE) e pela União Europeia (UE) em matéria de proteção de dados, avultando, desde logo, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (artigo 8.º) e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE (artigos 7.º e 8.º), bem como diversos tratados emanados pela ONU e pelo Conselho da Europa, bem como diversos atos legislativos da União europeia, com principal destaque para o Regulamento Geral de Proteção de Dados, à luz da jurisprudência do TEDH e do TJUE. • Pretende-se ainda analisar a temática também no contexto de algumas áreas específicas, tais como as atinentes à saúde, aos meios de comunicação social, às novas tecnologias (GPS, drones, sistemas de CCTV, a internet das coisas, a computação em nuvem e <i>Big Data</i> , entre outras), à comunicação e marketing eletrónicos e à vigilância no local de trabalho.	Magistrados/as judiciais e do Ministério Público, em funções nos tribunais administrativos e fiscais, nos juízos cíveis, do trabalho e de competência genérica. Advogados e outros profissionais juristas.	Número de vagas: 50 »: 15 MJ + 15 MMP em funções nos TAF + 10 MJ + 5 MP em funções nos Tribunais Juiciais + 5 advogados e outros profissionais juristas. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
7 de fevereiro de 2025	AF1 Civil	Processos especiais	Aprofundar conhecimentos sobre a tramitação dos processos especiais de Prestação de contas, Divisão de coisa comum e Processo de expropriação	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Seminário + Workshop: 7, 21 de fevereiro de 2025 Assistência presencial; a possibilidade de transmissão à distância ficará reservada a situações excecionais, devidamente fundamentadas, estando sempre dependente da existência de circunstâncias que impeçam ou dificultem a deslocação do participante e da reunião de condições que permitam a deslocalização do workshop (v.g., a possibilidade de mais do que dois participantes se reunirem em local diferente daquele onde decorre a ação de formação, para resolução dos casos práticos apresentados). Número de vagas: 40 MJ + 20 MMP

10 de fevereiro de 2025	G6 Administrativo	A responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia	Definir o conceito e os fundamentos da responsabilidade do Estado por violação do direito da União Europeia, procedendo ao enquadramento jurídico desta responsabilidade à luz dos tratados da União Europeia e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), densificando os requisitos necessários para que se configure a responsabilidade do Estado, conforme estabelecido pelo TJUE, e delimitando as suas consequências.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
12 de fevereiro de 2025	B1 Tributário	Jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia			17 de janeiro e 12 de fevereiro de 2025
14 de fevereiro de 2025	A5 Administrativo	Contratação Pública	Proporcionar aos participantes uma análise do enquadramento legal da contratação Pública, através da exposição da legislação nacional e europeia aplicável, e uma reflexão sobre os princípios fundamentais que regem os processos de contratação pública, como a transparência, a concorrência e a igualdade de tratamento, e sua aplicação prática, com especial enfoque na reflexão e discussão sobre as questões que nesta área normalmente se colocam aos Tribunais.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense.	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
17 de fevereiro de 2025	G5 Administrativo	A ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental	Partindo da definição do conceito de conteúdo essencial de um direito fundamental, a formação abrangerá a análise de situações que envolvem ofensa a esse conteúdo, a exposição de critérios para determinar quando ocorre essa ofensa e a análise das consequências jurídicas da violação do conteúdo essencial de um direito fundamental no âmbito do direito administrativo, delimitando o papel dos tribunais administrativos na proteção e defesa dos direitos fundamentais.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
21 de fevereiro de 2025	A3 Tributário	Temas de Direito Tributário II			Lisboa, 24 de janeiro e 21 de fevereiro de 2025 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura. Inscrição conjunta com Temas de Direito tributário I.
21 de fevereiro de 2025	AF1 Civil	Processos especiais			7, 21 de fevereiro de 2025
26 de fevereiro de 2025	E5 Família	HELP - Justiça amiga das crianças	O curso inclui diversos exercícios práticos orientados para a aquisição dos conhecimentos, competências e valores necessários a dotar os operadores judiciais de um conhecimento abrangente da CEDH e da jurisprudência produzida neste domínio pelo TEDH, bem como de outras normas europeias relevantes na matéria relativa à justiça amiga das crianças; tendo ainda em consideração diversos instrumentos interpretativos, nomeadamente as Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre Justiça Amiga das Crianças.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Técnicos/as do Instituto da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.	Número de vagas: 60 » 20 MJ + 20MMP + 10 técnicos/as das equipas de apoio aos Tribunais de família e menores da SS + 10 técnicos/as da SCML. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.

27 de fevereiro de 2025	F3 Todas	Tecnologias de Informação e comunicação e transição digital no sistema judicial	Capacitação dos participantes no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, no contexto da transição digital, percorrendo as seguintes temáticas: - Sistema integrado de informação processual; - Cibersegurança, quer em contexto profissional (citius, magistratus, SITAF), quer no âmbito pessoal; - Boas práticas e pontos críticos em matéria de dados pessoais identificáveis e sensíveis; - Gestão processual e gestão de documentos digitais – armazenamento e tratamento de dados; - Inteligência artificial e <i>machine learning</i> no exercício da função jurisdicional – bases teórico-práticas, conceitos, terminologia e aplicações; panorama dos instrumentos normativos regulatórios, editados e em desenvolvimento.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade .	27 de fevereiro e 6 de março de 2025 Esta ação de formação será preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
28 de fevereiro de 2025	D5 Administrativo	Direito Administrativo Social	Analisar e discutir questões práticas em matéria de direito administrativo social.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 30 TAF + 10 MMP Inscrição separada em cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

6 de março de 2025	B+8L Civil	Direito do Consumo	Aprofundar e consolidar os conhecimentos dos participantes sobre a matéria de Direito do Consumo.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa, Zona Norte e em Zona Centro, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: 6 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: 6 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) 21 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Zona Centro: 6 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
6 de março de 2025	F3 Todas	Tecnologias de Informação e comunicação e transição digital no sistema judicial			27 de fevereiro e 6 de março de 2025 Número de vagas: 100 para cada magistratura.
7 de março de 2025	A6 Civil	Maior Acompanhado	Refletir sobre as técnicas de audição de beneficiário no processo de acompanhamento de maior.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Assistência preferencialmente presencial, com possibilidade de transmissão à distância em função da metodologia seguida e das necessidades inventariadas pelos seus coordenadores. Número de vagas: 100 para cada magistratura.

7 de março de 2025	B+4L Trabalho	Acidente de Trabalho	Proporcionar uma reflexão atualizada sobre algumas questões que se têm suscitado a propósito de um dos pilares em que assenta o sistema português de reparação das consequências dos acidentes de trabalho – o seguro de acidentes de trabalho –, bem como sobre as repercussões do recente AUJ na reformulação dos valores das pensões, visando a resolução de questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa e na Zona Norte, aqui em modelo híbrido: Lisboa: • 7 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 7 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 14 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 100 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
10 de março de 2025	E6 Trabalho	HELP - Os direitos laborais enquanto direitos humanos	O curso abrange de uma forma interativa os conceitos-chave, o sistema europeu de proteção dos direitos laborais (decorrentes do Conselho da Europa e da UE), a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), bem como as decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS). Este último é um órgão independente de natureza parajurisdicional que supervisiona a situação nos Estados contratantes e desenvolve jurisprudência. • Este curso aborda simultaneamente os direitos laborais individuais e coletivos, principalmente com base na CSE e nos correspondentes artigos da CEDH. O curso também faz comparações e sinergias com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e apresenta a legislação laboral da UE relevante. Também considera as principais convenções da OIT.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Inspetores/as e técnicos/as superiores da Autoridade para as Condições do Trabalho e do Ministério do Trabalho.	Número de vagas: 50 » 20 MJ + 20 MP + 5 inspetores/as da ACT + 5 técnicos/as superiores do Ministério do Trabalho. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
14 de março de 2025	AF2 Administrativo	Seminário de direito do urbanismo	Aprofundar conhecimentos sobre a matéria do direito do urbanismo, com especial enfoque sobre as recentes alterações legislativas verificadas nesta área.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade na jurisdição administrativa	14 e 21 de março de 2025 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 40 MJ + 20 MMP Não sendo preenchida a totalidade das vagas indicadas por magistrados com menos de 5 anos de antiguidade, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por Juízes/as e Magistrados do Ministério Público, repartindo-se igualmente as vagas sobranes.
14 de março de 2025	B2 Tributário	Direito Fiscal Internacional	Este seminário terá duas dimensões: uma introdutória, relativa aos elementos de conexão e à interpretação e aplicação das Convenções para evitar a dupla tributação, e outra, avançada, para discussão de temas relacionados com a fronteira entre a evasão e o planeamento fiscal, bem como de conceitos estruturantes quer na legislação interna (por exemplo, o de estabelecimento estável), quer em Diretivas (por exemplo, a Diretiva 2011/96/UE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades filhas de Estados-Membros diferentes, ou a Diretiva 2009/133/CE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, cisões parciais, entradas de ativos e permutas de ações entre sociedades de Estados-Membros diferentes).	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
14 de março de 2025	B+4LP Trabalho	Acidente de Trabalho			Lisboa, 7 de março de 2025 Zona Norte, 14 de março de 2025

18 de março de 2025	E7 Civil	HELP - A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Proporcionar uma análise comparada da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nas suas semelhanças e diferenças, seja quanto ao respetivo conteúdo dispositivo, seja no que respeita ao funcionamento dos respetivos mecanismos de implementação e controle jurisdicional, com especial enfoque na necessidade que os profissionais do foro têm de proceder a uma aplicação conjugada destes dois instrumentos legislativos no seu trabalho diário.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e do Ministério Público, em funções nos tribunais judiciais e no tribunais administrativos e fiscais.	Número de vagas: 50 » 25 MJ e 25 MP, em funções nos tribunais judiciais e no tribunais administrativos e fiscais. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
21 de março de 2025	AF2 Administrativo	Seminário de direito do urbanismo			14 e 21 de março de 2025
21 de março de 2025	B+8LP Civil	Direito do Consumo			Lisboa, 6 de março de 2025 Zona Norte, 21 de março de 2025 Zona Centro, 28 de março
21 de março de 2025	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas • Técnicas de escrita clara I			1.ª Sessão: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) 2.ª Sessão: Lisboa: • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) 3.ª Sessão: Lisboa: • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)
28 de março de 2025	B+5LP Administrativo	Questões de direito e processo administrativo			Lisboa, 24 de janeiro de 2025 Zona Norte, 28 de março de 2025 Almada, 5 de maio de 2025
28 de março de 2025	B+8LC Civil	Direito do Consumo			Lisboa, 6 de março de 2025 Zona Norte, 21 de março de 2025 Zona Centro, 28 de março

28 de março de 2025	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas Técnicas de escrita clara I			1.ª Sessão: Lisboa: 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) 2.ª Sessão: Lisboa: 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) 3.ª Sessão: Lisboa: 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)
---------------------	-------------	---	--	--	--

4 de abril de 2025	AF3 Penal	Seminário de crimes contra a autodeterminação sexual	Aprofundar conhecimentos sobre investigação, recolha de prova, proteção das vítimas, gestão processual nos processos que envolvam crimes contra a autodeterminação sexual.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	4 e 11 de abril de 2025 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 30 MJ + 30 MMP
4 de abril de 2025	D9 Penal	Violência Doméstica	Discussão e resolução de casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada às situações que envolvem violência doméstica.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes de entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Esta ação de formação será apenas presencial. Local: Zona Norte Com a colaboração da EARHVD. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

4 de abril de 2025	E1 Administrativo	HELP - Asilo e Direitos Humanos	Cobrir de forma interativa os conceitoschave, o quadro internacional e europeu relacionado com o asilo (ONU, Conselho da Europa e UE) e a extensa jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre o tema. Uma das principais referências para desenvolver este curso foi o Manual de Direito Europeu sobre Asilo, Fronteiras e Imigração desenvolvido conjuntamente pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE e pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, magistrados do Ministério Público, outros profissionais da área forense.	Número de vagas: 55 » 20 MJ + 10 MP em funções nos TAF + 10 MJ + 10 MP em funções nos TJ + 5 advogados e outros profissionais juristas. O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
4 de abril de 2025	G8 Família	Acolhimento residencial e <i>Habeas Corpus</i>	Reflexão em torno da Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça relativa à admissibilidade da providência de <i>habeas corpus</i> em situações de crianças e jovens sujeitos a medida de acolhimento residencial.	Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
9 de abril de 2025	E9 Todas	Inglês – Curso de Inglês Jurídico	Promover o conhecimento das especificidades da linguagem técnico-jurídica na língua inglesa.	Magistrados/as dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, magistrados do Ministério Público, outros profissionais da área forense.	Número de vagas: 170 » 40 MJ + 40 TAF + 80 MPP + 10 outros profissionais O curso segue a metodologia <i>e-Learning</i> , tendo, por regra, uma sessão de abertura, seguida de frequência <i>online</i> e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.
11 de abril de 2025	AF3 Penal	Seminário de crimes contra a autodeterminação sexual			4 e 11 de abril de 2025
11 de abril de 2025	F8 Todas	Temas de direito europeu	A ação centrar-se-á sobre temas de direito europeu, pretendendo responder a necessidades formativas inventariadas por representantes portugueses no Tribunal de Justiça da União Europeia e no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, oferecendo aos participantes uma reflexão crítica sobre a jurisprudência de cada um dos referidos Tribunais nas matérias mais atuais e objeto de maior controvérsia.	Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense	Número de vagas: 100 para cada magistratura.
14 de abril de 2025	F10 Todas	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Respondendo aos problemas levantados pela mediatização da justiça, continua a reconhecer-se relevância à formação conjunta de Magistradas/os e jornalistas, pelo que se integra no presente Plano uma formação centrada em questões relevantes para o Judiciário e para o Jornalismo, potenciando-se, assim, a discussão e reflexão conjunta de problemas comuns pelos participantes.	Juízes/as (dos Tribunais Judiciais e Administrativos e Fiscais), magistrados/as do Ministério Público e jornalistas.	Seminário, seguido de Workshop. Assistência presencial. Local: Braga. Número de vagas: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 15 jornalistas.

23 de abril de 2025	B3 Tributário	Direito Aduaneiro	Este seminário terá duas dimensões: uma introdutória, vocacionada para a apresentação da estrutura do Direito Aduaneiro (base normativa e elementos essenciais da relação jurídica aduaneira); e outra, avançada, para discussão de institutos típicos deste ramo do direito (regimes aduaneiros, classificação pautal, valor aduaneiro das mercadorias ...) e de particularidades do seu contencioso	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
23 de abril de 2025	F4 Todas	A psicologia da tomada da decisão	Análise do processo de tomada de decisão, com os contributos da psicologia, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juizes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juizes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Número de vagas: 100 para cada magistratura. Assistência preferencialmente presencial.
28 de abril de 2025	F5 Todas	Magistratura, dever de reserva, privacidade, liberdade de expressão e redes sociais	Discussão sobre questões éticas e deontológicas, refletindo especialmente sobre as implicações do dever de reserva ao nível da condução da vida pessoal do magistrado, com particular foco na questão da utilização das redes sociais, e sobre a harmonização entre os direitos individuais dos magistrados e os seus deveres estatutários e deontológicos.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juizes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juizes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Número de vagas: 100 para cada magistratura. Assistência preferencialmente presencial.
30 de abril de 2025	B7 Civil	Seminário de Arbitragem	Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Associação Portuguesa de Arbitragem, a ação de formação pretende dotar os participantes de conhecimentos sobre noções básicas e aspetos gerais da arbitragem, bem como sobre o processo arbitral e os seus desenvolvimentos subsequentes (recurso, anulação e execução da sentença arbitral) e sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Associação Portuguesa de Arbitragem. Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura, dando-se preferência a magistrados em funções nos Tribunais Superiores.
30 de abril de 2025	F6 Todas	Estado de Direito e boa administração da Justiça na era digital	Reflexão sobre os desafios colocados ao Estado de Direito e em particular à boa administração da justiça pelos mais recentes avanços tecnológicos, com particular destaque para a digitalização, mecanismos de comunicação à distância e utilização de inteligência artificial.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juizes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juizes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Número de vagas: 100 para cada magistratura. Assistência preferencialmente presencial.

5 de maio de 2025	B+5LA Administrativo	Questões de direito e processo administrativo			Lisboa, 24 de janeiro de 2025 Zona Norte, 28 de março de 2025 Almada, 5 de maio de 2025
5 de maio de 2025	C7 Penal	Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas	O curso percorrerá os principais institutos e as questões mais controversas e que têm suscitado maiores divergências doutrinais e/ou jurisprudenciais no âmbito do regime de execução de penas.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense com intervenção ao nível da execução das penas	5, 12 e 19 de maio de 2025 Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 80 para cada magistratura.
7 de maio de 2025	G9 Civil	Contratos à distância	Análise do regime e principais questões, doutrinais e jurisprudenciais, da contratação à distância.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.

9 de maio de 2025	B+9L Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	Oferecer aos participantes uma análise das principais questões levantadas em sede de concurso de crimes, no âmbito da determinação da pena e sua execução.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público, que não tenham frequentado esta ação no ano 2023-2024. Outros/as profissionais da área forense.	Esta formação será realizada em Lisboa, Braga e Évora, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: • 9 de maio de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Braga: • 9 de maio de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 16 de maio de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Évora: • 9 de maio de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 30 de maio de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
12 de maio de 2025	C7 Penal	Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas			5, 12 e 19 de maio de 2025
16 de maio de 2025	B+9LB Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena			Lisboa, 9 de maio de 2025 Braga, 16 de maio de 2025 Évora, 30 de maio de 2025
16 de maio de 2025	B+10L Tributário	Imposto sobre o Valor Acrescentado	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões que têm suscitado alguma controvérsia no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado.	Juizas/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Esta formação será realizada em Lisboa, Zona Norte e em Zona Centro, nestes últimos locais em modelo híbrido: Lisboa: • 16 de maio de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 16 de maio de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 6 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Zona Centro: • 16 de maio de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 13 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop) Inscrição conjunta: participação nos workshops reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica. Número de vagas: 25 MJ + 25 MP para cada um dos workshops, num total de 150 participantes na parte teórica. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
19 de maio de 2025	C7 Penal	Curso Intensivo sobre o Regime de Execução das Penas			5, 12 e 19 de maio de 2025
16 de maio de 2025	G7 Penal	A prova indireta	Apresentação sumária do enquadramento legal da prova indireta no Código de Processo Penal, que passará pela análise das normas e os princípios que regem a sua admissibilidade e valoração e reflexão sobre os principais desafios que a sua utilização representa, identificando as tendências jurisprudenciais e os critérios adotados pelos tribunais na sua valoração.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.

23 de maio de 2025	F7 Todas	Integridade Judiciária e os Códigos de Conduta	Proporcionar uma reflexão e suscitar a discussão em torno da importância dos Códigos de Conduta nas profissões judiciárias, seu relevo no reforço da integridade judicial e consequências para os diferentes operadores judiciários.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Número de vagas: 100 para cada magistratura. Assistência preferencialmente presencia.
30 de maio de 2025	B+9LE Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena			Lisboa, 9 de maio de 2025 Braga, 16 de maio de 2025 Évora, 30 de maio de 2025

5 de junho de 2025	B4 Penal / Família	Seminário de violência contra crianças no contexto mais amplo da violência doméstica	Na primeira data, o seminário abrangerá as seguintes temáticas: - O abuso em crianças vítimas de crimes sexuais e/ou VD: a articulação da lei tutelar educativa com o regime penal de jovens adultos; a justiça restaurativa e a mediação penal. - A violência contra crianças e na presença de crianças: saber reconhecer e identificar os subtipos de violência e a articulação do conceito de domicílio com o de residência no regime da regulação das responsabilidades parentais.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	5, 27 de junho de 2025. Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
6 de junho de 2025	A4 Penal	Crimes negligentes	Oferecer aos participantes uma análise substantiva de crimes cometidos sob a forma negligente, problemáticas doutrinárias e jurisprudenciais.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
6 de junho de 2025	B+10LP Tributário	Imposto sobre o Valor Acrescentado			Lisboa, 16 de maio de 2025 Zona Norte, 6 de junho de 2025 Zona Centro, 13 de junho de 2025
6 de junho de 2025	G10 Trabalho	Greve: direitos e deveres	Abordagem de uma temática quase tão antiga quanto o direito do trabalho, mas cujas novas e originais formas de exercício suscitam desafios atuais.	Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
11 de junho de 2025	D11 Penal	EUROJUST (Estrutura e Missão): Análise de casos	Proporcionar aos participantes um conhecimento mais aprofundado sobre a estrutura organizacional e a missão do EUROJUST, bem como ilustrar a sua atuação através da análise de casos práticos, tendo em vista, designadamente: i. analisar a missão do EUROJUST no contexto da cooperação judicial em matéria penal dentro da União Europeia, destacando as suas funções principais e a sua importância na luta contra o crime organizado e o terrorismo; ii. proporcionar aos participantes a oportunidade de se envolverem em exercícios práticos baseadas em casos reais, melhorando as suas capacidades de análise e resolução de problemas no contexto da cooperação judicial internacional; iii. Informar os participantes sobre as mais recentes atualizações legislativas e regulamentares que afetam o funcionamento do EUROJUST e a cooperação judicial na União Europeia.	Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Esta ação de formação será apenas presencial. Local: Zona Norte. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada em cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

11 de junho de 2025	D8 Civil	Questões práticas do processo executivo	Serão abordados problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo.	Juízes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução. Auditório da OSAE, manhã Esta ação de formação será apenas presencial. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshops. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.
13 de junho de 2025	B+10LC Tributário	Imposto sobre o Valor Acrescentado			Lisboa, 16 de maio de 2025 Zona Norte, 6 de junho de 2025 Zona Centro, 13 de junho de 2025
16 de junho de 2025	F11 Todas	Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito	Respondendo aos problemas levantados pela mediatização da justiça, continua a reconhecer-se relevância à formação conjunta de Magistradas/os e jornalistas, pelo que se integra no presente Plano uma formação centrada em questões relevantes para o Judiciário e para o Jornalismo, potenciando-se, assim, a discussão e reflexão conjunta de problemas comuns pelos participantes.	Juízes/as (dos Tribunais Judiciais e Administrativos e Fiscais), magistrados/as do Ministério Público e jornalistas.	Seminário, seguido de Workshop. Assistência presencial. Local: Lisboa. Número de vagas: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 15 jornalistas.
18 de junho de 2025	F2 Todas	Gestão do Stress e competências sócio emocionais	Reflexão sobre o exercício da função de magistrado e suas exigências quotidianas, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas, designadamente: capacitação dos participantes com competências de gestão do stress em contexto judicial; e desenvolvimento de competências de sócio emocionais na promoção de ambientes de trabalho saudáveis.	Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, sendo 30% das vagas reservadas a juízes e magistradas/os do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	Número de vagas: 100 para cada magistratura. Assistência preferencialmente presencial.
20 de junho de 2025	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas • Técnicas de escrita clara II			1.ª Sessão: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) 2.ª Sessão: Lisboa: • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) 3.ª Sessão: Lisboa: • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)
25 de junho de 2025	D10 Penal	Violência Doméstica	Discussão e resolução de casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada às situações que envolvem violência doméstica.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes de entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Esta ação de formação será apenas presencial. Local: Zona Sul Com a colaboração da EARHVD. Número de vagas: 20 para cada magistratura. Inscrição separada para cada um dos Workshop. Não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

27 de junho de 2025	B4 Penal / Família	Seminário de violência contra crianças no contexto mais amplo da violência doméstica	Na segunda data, o seminário incidirá sobre: - A violência doméstica enquanto forma de violência de género - abordagem centrada na tutela dos direitos humanos e na ideia primordial da proteção da vítima: Discussão de conceitos-chave; análise do quadro normativo internacional e sua compatibilização com a Convenção do CE para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de maio de 2011 (Convenção de Istambul) e da jurisprudência do TEHD; - A violência intrafamiliar: da menor idade à maior Idade; - A violência contra idosos: saber reconhecer e identificar os subtipos de violência, problematizar a sua integração nos diversos ilícitos penais. A violência institucional. O Cuidador informal, enquanto sujeito do crime e a tutela pelo artigo 152.º ou 152.º A do Código Penal. Problemas e Soluções ao nível da recolha de prova nas diversas fases processuais: a memória e sua evocação em vítimas de particular vulnerabilidade		5, 27 de junho de 2025
27 de junho de 2025	F1 Todas	Escrita clara – princípios e técnicas • Técnicas de escrita clara II			1.ª Sessão: Lisboa: • 15 de novembro de 2024, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 15 de novembro de 2024, à distância, manhã (parte teórica) • 25 de novembro de 2024, presencialmente, tarde (workshop) 2.ª Sessão: Lisboa: • 21 de março de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 21 de março de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 28 de março de 2025, presencialmente, tarde (workshop) 3.ª Sessão: Lisboa: • 20 de junho de 2025, presencialmente, manhã (parte teórica) e tarde (workshop) Zona Norte: • 20 de junho de 2025, à distância, manhã (parte teórica) • 27 de junho de 2025, presencialmente, tarde (workshop)
30 de junho de 2025	C5 Penal / Administrativo / Família	Jornadas sobre direito dos estrangeiros e direito de asilo	Desenvolver e consolidar conhecimentos sobre os procedimentos administrativos e tutela jurisdicional, o direito à vida familiar, detenção e expulsão, numa perspetiva abrangente que envolverá as áreas do direito da família, penal e administrativo.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público, com intervenção nas áreas da família, penal e administrativa, e outros/as profissionais da área forense com intervenção nas referidas áreas	30 de junho e 1 de julho de 2025. Número de vagas: 80 MJ, 80 MP, 40 TAF. Assistência preferencialmente presencial.
30 de junho de 2025	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	30 de junho, 7 e 14 de julho de 2025. Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 80 para cada magistratura.

1 de julho de 2025	C5 Penal / Administrativo / Família	Jornadas sobre direito dos estrangeiros e direito de asilo			30 de junho e 1 de julho de 2025
4 de julho de 2025	G11 Tributário	Gestão Processual nos Tribunais Tributários	Análise de questões específicas da gestão processual nos Tribunais Tributários, com especial enfoque nas principais ferramentas e técnicas para uma gestão eficiente dos processos nos tribunais tributários, com destaque para o papel das tecnologias de informação na gestão processual, incluindo o uso de plataformas eletrônicas e sistemas de gestão de processos.	Juizes/es e magistradas/os do Ministério Público dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.	Exclusivamente <i>on-line</i> , através da Plataforma Webex. Número de vagas: 450 MJ + 450 MMP + 100 Outros.
7 de julho de 2025	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal			30 de junho, 7 e 14 de julho de 2025
10, 11 de julho de 2025	B5 Civil	Seminário de Direito Comercial	Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito Comercial, versará sobre os grandes temas deste ramo do direito, procurando analisar questões do Comércio que chegam no dia a dia aos tribunais.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Revista de Direito Comercial. Seminário + Workshop Assistência presencial; a possibilidade de transmissão à distância ficará reservada a situações excepcionais, devidamente fundamentadas, estando sempre dependente da existência de circunstâncias que impeçam ou dificultem a deslocação do/a participante e da reunião de condições que permitam a deslocalização do workshop (v.g., a possibilidade de mais do que dois participantes se reunirem em local diferente daquele onde decorre a ação de formação, para resolução dos casos práticos apresentados. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
14 de julho de 2025	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal			30 de junho, 7 e 14 de julho de 2025

27 de outubro de 2025	B6 Civil	Seminário de Direito da Responsabilidade	Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito da Responsabilidade, inclui novas abordagens a “velhos problemas”, mas também abrir os horizontes a novas temáticas no âmbito da responsabilidade civil.	Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Revista de Direito da Responsabilidade Assistência preferencialmente presencial. Número de vagas: 100 para cada magistratura.
-----------------------	-------------	--	--	--	--